



Oguntec faz crescer interesse em ciência e tecnologia



O Projeto Oguntec é uma iniciativa pioneira e bem-sucedida do Instituto Cultural Steve Biko, em Salvador, estimulando a participação de jovens negros nos cursos superiores de ciências e tecnologia.

O Projeto Oguntec quer também alcançar a rede pública de ensino, motivando os alunos desde a 8ª série. O Instituto Steve Biko levou proposta de parceria ao governo da Bahia para disseminar na rede os Quilombos Educacionais de Tecnologia.

Veja reportagem de Jamile Menezes na página 07.



A advogada Anhomana de Brito é a primeira Ouvidora Geral na história da Defensoria Pública da Bahia.

página 22



"O quilombo dos negros de luz" é uma expressão muito feliz para definir o Ilê Aiyê, o primeiro bloco afro do Brasil, surgido em 1974.

Leia entrevista com Vovô (Antônio Carlos dos Santos), presidente e principal liderança do bloco, e conheça a história de uma organização negra cuja influência transcende em muito o carnaval.

página 16

Ainda nesta edição:

Jônatas Conceição, Cuti, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Ana Flávia Magalhães Pinto, Pércles Cunha, Isabel Clavelin, Mário Augusto Medeiros da Silva, Cláudia Santos e muitos outros.

Cem anos do mandato do Dep. Monteiro Lopes (1909-2009)

página 03

No reino da igualdade mais perfeita

Começamos o ano de 2009 com um zum-zum-zum que aventava a possibilidade de um candidato negro à presidência da República nas eleições de 2010. O fato de que, até o momento, tudo tenha se limitado a mais um passatempo da internet não impede que possamos refletir sobre as nossas dificuldades no campo da política.

Nada pode ser mais reprimido ou contestado no Brasil do que uma candidatura negra, ainda que seja à Câmara Municipal. Tolerasse de má vontade, no faz-de-conta do jogo eleitoral vigente, candidatos de pele negra que possam ser estrategicamente usados para atrair votos indispensáveis à eleição das candidaturas não-negras previamente definidas como prioritárias.

A candidatura negra é quase sempre uma candidatura fadada a recolher os votos necessários à eleição de outrem. Curiosamente, na busca de justificação para o fracasso de sua candidatura, esses candidatos-que-quase-nunca-se-elegem raramente voltam-se contra suas legendas ou direções partidárias. Ao contrário, atribuem o fracasso, geral-

mente, à despolitização do meio negro, à miscigenação, alardeando-se como verdadeira a suposição de que o negro não vota em negro.

Os poucos que se elegem apressam-se a negar que se elegeram em razão do apelo racial. Devem sua eleição ao sindicato, ao partido, ao trabalho de sua mulher branca no seio da igreja, aos contatos profissionais, mas jamais irão reconhecer a existência real e/ou decisiva de um eleitorado negro.

Nesse caso, a campanha faz propaganda da condição racial do candidato, inclusive no aumentativo (negão/negona), mas a eleição fará a natural inversão das prioridades: 'sou antes de tudo sindicalista, socialista, comunista, brasileiro'. Diante das cobranças do movimento negro, esses políticos costumam dizer, com desdém, que não foram eleitos por causa do voto negro.

Uma variável aqui é o negro "excepcional", aquele que se ilude na contemplação de seus presumidos dotes intelectuais ao ponto de se julgar diferente dos demais negros. Ambigüidade que reforça e estimula com toques de

distinção (joga tênis com pequenos empresários, compra ternos em Paris e Nova Iorque) e reiteradas afirmações de que as pessoas que o cercam não julgam mais ninguém pela cor da pele.

No início da República, Monteiro Lopes, cujo mandato completa agora cem anos (1909-2009), lutou por direitos iguais no plano da representação política com apoio de ampla mobilização negra. Negros que eram então considerados 'corrompidos' pelo 'prolongado cativo' foram capazes de agir coletiva e politicamente na defesa de uma igualdade radical, até hoje desconhecida de nossos republicanos.

De lá para cá, as condições da dominação racial se aprofundaram e esvaziaram de sentido a nossa ação política. É a 'morte civil', a que se referiu Abdias Nascimento em 1968. Sofremos enquanto negros, mas não podemos reagir de modo a afirmar nossa identidade racial, isso é crime de lesa-pátria.

A candidatura à presidência de mentirinha, lançada no Rio Grande do Sul, pretende apenas resolver questões relacionadas ao desgaste político na disputa da legenda do PT para o Senado em

2010. A eleição de Obama é absorvida tão-somente como um fato midiático, igual a tantos outros, a ser explorado em proveito próprio.

Em 1934, Carolina Nabuco lançou o romance "A sucessora". Ocorre-me uma cena de festa junina, na antiga casa da fazenda, no antigo quarto das mucamas (agora agregadas e semi-escravas), ilustrativa do tipo de convivência harmoniosa e degradante a que estamos condenados no processo eleitoral e fora dele. A esfera privada ilumina aqui as hierarquizações da esfera pública.

A personagem Marina, sinhozinha aristocrática, entra no aposento e contempla todos os matizes, 'desde o preto acetinado' de sua irmã de leite, 'até as faces rosadas da portuguesinha da copa'. E completa o narrador: "A igualdade reinava perfeitamente, até no respeito comum por Marina. Todas se puseram de pé, quando ela entrou".

No reino da igualdade a coisa rola assim: servimos na cozinha e na cama e sabemos quais as tarefas que devemos realizar e executar no processo eleitoral. Ser presidente não se inclui entre elas.

Edson Lopes Cardoso.

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 12 mil exemplares - edição foi impressa em 18 de março de 2009.

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Colaboraram nesta edição: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luíza Pinheiro Flauzina, Cláudia Alexandra Santos, Cuti, Hamilton Borges Walê, Inaê Adami Santos Cardoso, Isabel Clavelin, Ísis Conceição, Jamile Menezes, Jônatas Conceição, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Augusto Medeiros da Silva, Péricles Cunha, Rebeca

Oliveira Duarte, Renata da Silva Nóbrega, Valéria Lima, Wesley Alcides Lucas.
Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (*Oxé de Xangô*): J. Cunha

Site: www.irohin.org.br

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford



O que você sabe sobre o primeiro deputado negro republicano?

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Rio de Janeiro, 1909. Diante da ameaça de mais uma vez não ser empossado como deputado federal pelo fato de ser negro e defender os direitos dos trabalhadores, o advogado Manoel da Mota Monteiro Lopes alcançou uma ampla mobilização popular negra não apenas na capital federal, mas também em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, entre outros. Sob o lema **Viva a república sem o preconceito de cor!**, foi essa pressão que garantiu o que já estava formalmente previsto na Constituição republicana.

Monteiro Lopes nasceu livre, em 1867, na cidade do Recife, numa família de cinco irmãos. Uma vez doutor em Direito, trilhou seu caminho por várias cidades do país, ganhando a cena nacional no início do século XX em defesa da igualdade e da democracia.

No ano em que se comemora o centenário do mandato de Monteiro Lopes, o **Ìrohìn** entrevista a historiadora **Carolina Vianna Dantas**, que, com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, realizou uma pequena biografia desse líder negro pouco lembrado nos dias atuais. A partir de vários episódios da vida de Monteiro Lopes, Carolina Dantas destaca seu compromisso pela promoção efetiva da cidadania dos negros e outros trabalhadores.

Ìrohìn - "De onde partiu seu interesse por Manoel da Mota Monteiro Lopes, o primeiro deputado negro republicano?"

Carolina Vianna Dantas - Durante o meu doutorado em História na Universidade Federal Fluminense, estudei como intelectuais menos valorizados pela historiografia atual e menos conhecidos por nós, mas muito atuantes em sua época, lidaram com a questão da mestiçagem, do legado cultural e histórico dos negros e do preconceito de cor. Utilizei como fontes jornais e revistas publicados no Rio de Janeiro entre 1903 e 1914. Esbarrei várias vezes com menções a Monteiro Lopes, sobre quem procurei saber um pouco mais naquela época. A princípio apurei pouca coisa, continuei a minha pesquisa e defendi a tese. Mas continuei com a curiosidade de saber mais sobre aquele homem negro, tão citado na imprensa em seu tempo, quase como uma celebridade, embora muitas dessas menções tivessem cunho racista ou racista. Descobri, então, a monografia de uma aluna da Universidade Federal de Pelotas, Viviani dos Santos Tavares, sobre alguns aspectos da mobilização em prol da diplomação de Monteiro Lopes em 1909. Depois de lê-la, comecei a desconfiar que, assim como outros homens negros, como Hemetério dos Santos, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Eduardo das Neves, Monteiro Lopes tivesse dedicado boa parte de sua existência à ocupação de importantes espaços naquela sociedade, modificando o destino que lhe tentaram impor. Comecei a pesquisa e percebi que Monteiro Lopes realmente apareceu muito na imprensa da época, foi citado em pelo menos duas peças de teatro, tema de marchinha de carnaval e de alguns

memorialistas. Com essas indicações preliminares aproveitei o edital de pesquisa da Biblioteca Nacional e resolvi mandar o projeto sobre a trajetória de Monteiro Lopes. Já terminei a pesquisa e agora estou redigindo um estudo exploratório, cujo título é *Manuel da Motta Monteiro Lopes: a vida e o tempo de um deputado negro na I República*.

Ìrohìn - "É possível fazer uma síntese dessa síntese? Onde ele nasceu? Quem foram seus pais? Estudou o quê? Morreu de quê? É possível falar em momentos decisivos da vida de Monteiro Lopes?"

Carolina Dantas - Ele nasceu no Recife em 25 de dezembro 1867, filho de um operário chamado Jerônimo Monteiro Lopes e da dona de casa Maria Paula Lopes; tinha dois irmãos (José Elias e João Clodoaldo) e duas irmãs (Maria Julia e Taciana). Seus pais, ainda que pobres, conseguiram formar quatro de seus filhos, incluindo Monteiro Lopes. Monteiro Lopes formou-se na Faculdade de Direito do Recife e doutorou-se em seguida. Desde os tempos da juventude, aderiu aos ideais republicanos e participou ativamente do movimento abolicionista. Até 1892 atuou como advogado, quando foi convidado para exercer o cargo de chefe de polícia do Estado do Amazonas. Em razão de discordâncias com a "política estadual" da região, não chegou a assumir o posto. Ainda em 1892, foi nomeado promotor público de Manaus, ocupando depois o cargo de juiz de direito na mesma cidade. Deixou o Amazonas em direção ao Rio de Janeiro em 1894. Estabeleceu-se na então capital fe-

deral advogando até 1903, quando foi eleito e reconhecido intendente municipal pela capital federal "o equivalente ao cargo atual de vereador. Destacou-se pela defesa de alguns benefícios para os trabalhadores. Em 1904, ao término do seu mandato, candidatou-se novamente ao cargo e, ainda que tenha tido uma boa votação, não foi reconhecido, acabando por ser excluído da legislatura seguinte do Conselho Municipal. Em 1905, ao concorrer a uma cadeira de deputado pelo distrito federal, foi eleito, mas não reconhecido novamente. Mas, mesmo depois de ser eleito e não ser reconhecido por duas vezes, não desistiu. No ano de 1909, candidatou-se novamente ao cargo de deputado federal, saindo vencedor. Porém, surgiram boatos de que não seria reconhecido mais uma vez, sob um conjunto de alegações: por ser negro, por defender os direitos dos trabalhadores e porque queriam colocar em seu lugar um político da situação. A polêmica ganhou os principais jornais e revistas da capital: alguns dirigiram ofensas e troças racistas a Monteiro Lopes e outros o defenderam. Em fevereiro daquele mesmo ano, diante da ameaça do não-reconhecimento, Monteiro Lopes reuniu-se com um grande grupo de homens negros no Centro Internacional Operário no Rio para tratar da sua possível exclusão da Câmara de Deputados. Deliberaram pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por negros em todos os estados e convocar um estrondoso comício. **Viva a república sem o preconceito de cor!**, este foi o lema da



recém-formada Comissão Permanente pela Diplomação de Monteiro Lopes.

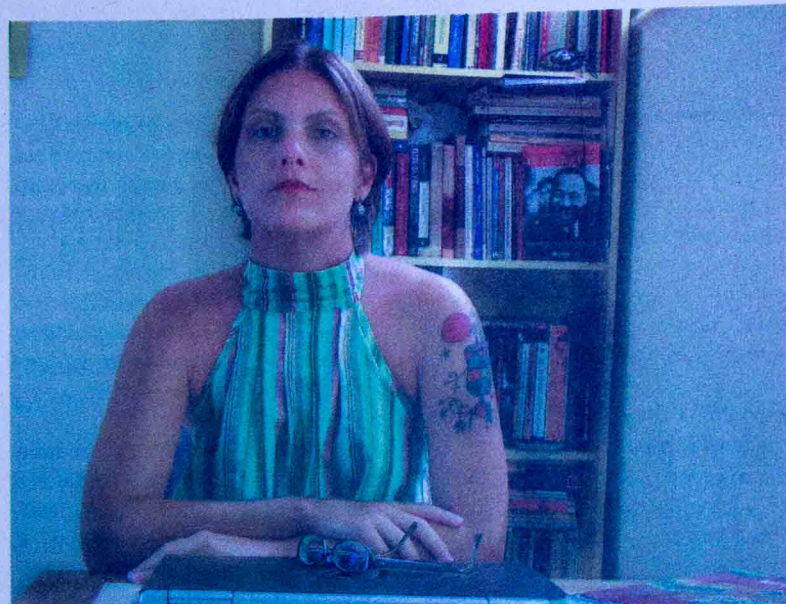
Ìròhìn " E o que veio depois disso?

Carolina Dantas – Desencadeou-se, então, uma grande mobilização de entidades constituídas por negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia e em Pernambuco e um amplo debate sobre a participação dos negros na vida nacional e sobre o preconceito de cor. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados a jornais, em cartas e manifestos encaminhados a vários políticos, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Venceslau Brás etc. O objetivo era denunciar a injustiça e pedir apoio para que não impedissem a diplomação de Monteiro Lopes, já que viviam em uma república, regime no qual ninguém deveria ser excluído da Câmara ou de qualquer outra coisa por sua cor ou raça. Em abril de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente reconhecido e diplomado como deputado federal, ocasião de intensas manifestações populares no plenário da Câmara e congratulações na imprensa de várias partes do país.

Ìròhìn " Uma vez empossado, o que ocorreu?

Carolina Dantas – De sua atuação na Câmara destacam-se as intervenções em favor do operariado, como a sugestão da criação de um Ministério do Trabalho; a proposição da lei sobre os acidentes de trabalho e outros benefícios aos trabalhadores, como aposentadorias, pensões, regulamentação da hora de trabalho, aumento dos vencimentos e a implantação de fato de uma república democrática. Monteiro Lopes também chamou a atenção para a necessidade de se legislar e fiscalizar as condições precárias em que trabalhavam os menores, sujeitos a mutilações e acidentes. Outro de seus projetos era erguer, na cidade do Rio, uma estátua em homenagem ao abolicionista negro José do Patrocínio – um dos homens que mais admirava. Em 1910, o "deputado negro", como era conhecido, viajou a várias cidades do Brasil e até para o exterior para agra-

decar o apoio em prol de sua diplomação. O auto-intitulado "republicano", "socialista", "deputado do povo" e "defensor do operariado" foi recebido por multidões de homens, mulheres e crianças negros (mas também saudado por muitos brancos) com festas, bandas de música, banquetes, comícios, cortejos, presentes e com os abraços emocionados de velhos ex-escravos. Seus discursos nessas viagens possibilitam entrever noções de cida-



dania, República e liberdade e do que era ser negro e encarar o preconceito racial naquela jovem República e na voz de um negro. No dia 22 de janeiro de 1910, por exemplo, em um discurso feito em Porto Alegre, Monteiro Lopes inflamou uma multidão ao dizer que os negros não deveriam ter vergonha de ser negros, que deveriam instruir e educar seus filhos para que pudessem ocupar as mais altas posições no país, já que a Constituição republicana, em seu artigo 79, lhes garantia a igualdade perante a lei. Segundo ele, o ódio e a distinção de raças deveriam ser sistematicamente rechaçados nas escolas, na imprensa, no parlamento e em comícios populares a serem promovidos pelo país afora. E os cidadãos negros que se sentissem discriminados por sua cor/raça deveriam recorrer aos poderes públicos para acabar com tal abuso. Acredito que uma afirmação dessas para multidões naquele momento não tenha significado pouca coisa, muito pelo contrário.

Ìròhìn " A atuação de Monteiro Lopes vinha num crescendo...

Carolina Dantas – Porém, ele faleceu em 13 de dezembro de 1910 na cidade do Rio, sem completar o seu mandato, em função de uma forte uremia (problema renal). Foi casado com Anna Zulmira Monteiro Lopes. Há jornais que disseram que teve vários filhos. Outros afirmaram ter tido somente um: Aristides Gomes Monteiro Lopes, estudante do

Colégio Militar, que aparece em várias outras fontes, o que me faz crer ser essa a informação mais segura. Monteiro Lopes publicou um romance em fascículos durante o tempo em que viveu no Recife, chamado *A dama e o sangue*. Ironicamente era admirador de Tolstoi e Lombroso.

Ìròhìn " Pensando nas tensões do pós-abolição e do cenário republicano do início do século XX, como foi que um candidato negro pôde furar a barreira das oligarquias que dominavam o sistema eleitoral?

Carolina Dantas – Cada vez mais pesquisas sobre o período têm evidenciado que a I República foi um momento de muitas propostas e não só um período no qual o racismo científico e a rejeição a tudo que estivesse relacionado aos negros e mestiços vigoraram absolutamente. A crença no fundamento científico dessas teorias continuava latente, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento, mas come-

çava-se a avaliar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais. Não se trata de minimizar o peso das teorias raciais, nem seus desdobramentos em termos das políticas voltadas para o branqueamento, a repressão e o controle dos afrodescendentes na primeira década do século XX; nem tampouco exaltar a eugenia e seus adeptos. Trata-se de trazer à tona outras mediações, fundamentais para se compreender a pluralidade das avaliações acerca do papel dos afrodescendentes na sociedade naquele momento.

Paralelamente às teorias raciais, que previam a inferioridade dos afrodescendentes e a degeneração dos mestiços, às quais intelectuais, políticos, cientistas, médicos e juristas aderiram naquele período, é possível identificar defesas de que o preconceito de cor não só não deveria existir, mas que deveria ser extinto no Brasil. Alguns até denunciaram o preconceito de cor, firmando publicamente a posição de que não se devia apagar o negro da nossa história, cultura e política. Posso citar alguns como Manoel Bomfim, Alberto Torres, Eduardo das Neves, Juliano Moreira, Hemetério dos Santos, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Mario Behring, que publicamente defenderam princípios desse tipo e que até hoje foram pouco estudados e/ou valorizados pela historiografia. Isso sem falar no teatro de revista e da nascente indústria musical que cada vez mais se apropriavam de temáticas relacionadas aos negros e mestiços. Assim, Monteiro Lopes pôde romper com o esquema da chamada "política estadual", pressionando sistematicamente por sua legitimação como deputado.

Creio que se não fosse a presença dos negros e de seus aliados por todo país – algumas vezes até em tom de ameaça de um levante generalizado dos "homens de cor" –, Monteiro Lopes não seria reconhecido mais uma vez. Já tendo vivido isso antes, passou o dia das eleições correndo as urnas de todo o primeiro distrito, divulgando fraudes na imprensa e brigando por cada voto. Talvez nem mesmo Monteiro Lopes

tivesse idéia de que fosse possível mobilizar tão rapidamente e de forma tão sistemática homens e mulheres negros por todo país. Pelo que foi debatido nos jornais, havia certo medo desse poder de mobilização demonstrado pelos negros em prol de Monteiro Lopes e, por outro lado, muitas pessoas que se posicionaram contra atitudes discriminatórias baseadas na raça ou origem.

Ìrohìn " Seja como for, indiscutivelmente, houve resistência à sua candidatura e à sua posse..."

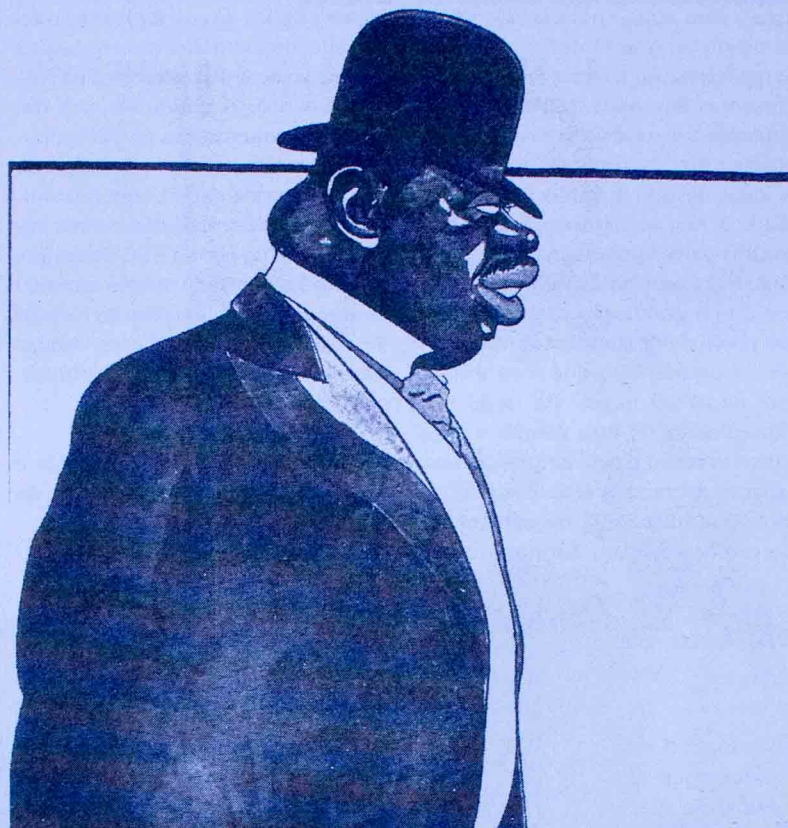
Carolina Dantas – Durante a campanha eleitoral de 1909, muitos jornais e revistas faziam troça de sua candidatura e propostas, em parte por ser negro, mas também por ser próximo aos trabalhadores e defender seus direitos e por sua capacidade de mobilizar a população negra. Um dos periódicos que mais dedicou espaço às troças racistas sobre Monteiro Lopes foi a revista *Fon Fon*, enquanto outros jornais como *O paiz* e a *A tribuna* deram espaço para expor suas idéias e divulgar suas propostas. Quanto à posse, houve boatos de que tentariam impedi-la. Foram citados o Barão do Rio Branco, o jornalista Alcindo Guanabara e o Centro Industrial como os possíveis articuladores para que não fosse diplomado deputado por ser negro. Mas o fato é que dois candidatos entraram com recursos denunciando fraudes e contestando os votos recebidos por Monteiro Lopes, que a essa altura já tinha mobilizado negros por todo país, bem como parte da imprensa. Havia muita expectativa para ver se Monteiro Lopes conseguiria mesmo entrar para a Câmara dos Deputados. Alguns jornais chegaram a acusar Monteiro Lopes de inflamar os negros contra a Câmara dos Deputados para conseguir à força ou sem legitimidade a sua cadeira. Mas, finalmente, Monteiro Lopes conseguiu receber seu diploma e sentar na cadeira de deputado federal.

Ìrohìn " E o que dizer, então, dessa mobilização negra nacional em defesa do seu mandato?"

Carolina Dantas – Não sei se podemos chamar ainda e com todas as letras de "mobilização nacional", sobretudo porque fiz essa

pesquisa baseada no Rio de Janeiro. Para afirmar isso com segurança teria que pesquisar a imprensa de grande e pequeno porte em outros estados. De todo modo, identifiquei grandes mobilizações em prol do reconhecimento de Monteiro Lopes em cidades importantes naquele momento: na própria capital federal, em Campinas e cidades próxi-

déu e Buenos Aires e, ao que tudo indica, foi a esses lugares agradecer o apoio posteriormente. Tratava-se de uma eleição de caráter local, afinal Monteiro Lopes candidatou-se pelo Distrito Federal. Mas a possível exclusão de um negro do parlamento mobilizou outras partes do país.



Muitas das referências a Monteiro Lopes na imprensa de seu tempo tinham cunho racista ou racista. O desenho de J. Carlos, na revista *Careta*, é um exemplo disso.

mas, em Porto Alegre, Pelotas e outras cidades da Região Sul, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Isso se deu por meio de reuniões de associações de homens negros e trabalhadores, na elaboração e no envio de cartas, telegramas e manifestos à imprensa e a vários políticos e na realização de comícios. Na Região Sul, foram fundadas, até mesmo, associações de negros e um clube de futebol com o nome de Monteiro Lopes, que continuaram funcionando por muito tempo após a sua morte. Alguns jornais dão notícia de que Monteiro Lopes também foi recebido com grande simpatia na Região Norte. Aliás, essa mobilização cruzou as fronteiras do país: Monteiro Lopes recebeu apoio de jornais e operários em Montevi-

Ìrohìn " Nos discursos há uma nítida preocupação com os direitos dos trabalhadores. É possível dar mais detalhes sobre essa proximidade? Houve setores aos quais Monteiro Lopes mais se dedicou?"

Carolina Dantas – Não identifiquei uma categoria específica de trabalhadores aos quais a Monteiro Lopes estivesse diretamente ligado, se é que sua ligação com os trabalhadores era assim tão específica, posto que em sua maioria as fontes falam em operariado das fábricas e em trabalhadores municipais do baixo escalão. Essa é uma das questões que preciso investigar mais. No entanto, tenho algumas pistas coletadas a partir das homenagens que recebeu quando morreu. Posso destacar a presença de militares de

baixa patente e alferes, operários do Arsenal da Marinha, mestres da locomoção, operários da fábrica de cartuchos de Realengo, bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, operários do Engenho de Dentro, operários da Imprensa Nacional, trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela, trabalhadores das capatazias da Alfândega e estivadores do porto. Por outro lado, encontrei operários anarquistas "entre os quais negros" que criticaram bastante a atuação de Monteiro Lopes por estar "dentro do Estado", conseguir apenas "migalhas" para os operários e não a transformação social. De todo modo, há indícios de que muitos trabalhadores negros tenham nutrido identificação por Monteiro Lopes por afinidades raciais, sobrepondo aproximações por ofício ou tendência ideológica.

Ìrohìn " De que maneira os contemporâneas de Monteiro Lopes, em geral, reagiram à sua trajetória de vida? Em termos de memória, Nei Lopes, por exemplo, fala que seu pai fazia referência a Monteiro Lopes associando-o a um "guindaste enorme, preto, poderoso, rebocador de vagões"..."

Carolina Dantas – Monteiro Lopes foi alvo constante de ataques racialistas/racistas na imprensa carioca, do mesmo modo que outros homens negros que manifestavam publicamente orgulho de sua cor/raça, como José do Patrocínio e Hemetério dos Santos. Nesses ataques faziam troça de sua origem e de sua atuação em prol dos trabalhadores. Associado a isso também o qualificavam algumas vezes como bajulador, vira casaca, metido a intelectual, amante do poder, pretensioso... Mas quando morreu, a maioria dos jornais destacou sua determinação em vencer as adversidades de uma vida humilde e em lutar contra preconceito de cor. Identifiquei também relações próximas entre ele e figuras importantes naquele momento, como Silva Jardim, Lopes Trovão, Oswaldo Aranha, Pedro Couto, Evaristo de Moraes, Quintino Bocaiuva, membros das irmandades de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e São Elesbão, vários grupos de operários de diferentes ofícios, alguns veteranos da Guerra do

Paraguai e por multidões de homens, mulheres e crianças negras em várias partes do país. Quanto à memória, encontrei escritos de alguns memorialistas cariocas mencionando Monteiro Lopes como líder dos negros, representante dos trabalhadores, homem influente, triunfador e de grande popularidade, orador incurável, pioneiro na proposta de leis trabalhistas e constante alvo de injúrias raciais. Em geral, essas memórias têm um teor positivo.

Ìrohìn " O que a trajetória de Monteiro Lopes tem a dizer sobre a experiência política brasileira?

Carolina Dantas – Diz que, embora não tenha havido na I República impedimentos legais à ocupação de cargos públicos por negros, havia resistências à presença de negros em altos cargos. De todo modo, Monteiro Lopes soube identificar brechas e furar o bloqueio, rompendo com o que lhe tentaram impor. Infelizmente para os historiadores da I República, o Estado Novo forjou uma cultura histórica e

uma cultura política que "enterrou" quase tudo o que havia antes. Muitas vezes é até difícil encontrar informações sobre intelectuais e políticos que em sua época eram célebres. Acredito que o esquecimento de Monteiro Lopes tenha relação com isso, mas também com certa avaliação que rotulou a atuação política dos negros nesse período como "assimilacionista", "assistencialista", sem cunho político-ideológico e sem programa definido, numa perspectiva um tanto evolucionista que considera mais importante um determinado modelo de organização política em detrimento de outros. A idéia de que a então jovem República não assegurou espaços e ganhos para a população negra não pode ser confundida com os espaços que a população negra de fato (ou parte dela) conquistou no período, a despeito do que lhes tentaram negar ou impor. As inúmeras experiências de luta contra o preconceito racial e pela ampliação dos espaços de participação dos negros na I República, seja na cultura ou na política, foram fundamentais

para os negros naquele momento e para os que vieram depois. Tudo isso merece ser investigado.

Ìrohìn " Para além da vida parlamentar, que outros momentos emblemáticos da vida de Monteiro Lopes poderiam ser ressaltados?

Carolina Dantas – Creio que as comemorações pela abolição em 1909 organizadas por Monteiro Lopes à época de sua diplomação foi bastante emblemática para os negros (e para brancos ou poderosos) naquele momento. A conquista por um negro de uma cadeira no parlamento depois de inesperada mobilização foi considerada parte daquele movimento pela liberdade dos negros iniciado ainda no século XIX. Tanto que o cortejo organizado por ele arrastou uma multidão de pessoas ao túmulo de José do Patrocínio, com bandas de música, festas, bondes gratuitos, discursos, etc.

Ìrohìn " Haveria algo mais a destacar sobre a experiência de Monteiro Lopes?

Carolina Dantas – No momen-

to em que professores, educadores e ativistas ainda debatem e tentam implantar as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira*, conhecer mais e melhor a história de negros como Monteiro Lopes é muito importante. Até porque as *Diretrizes* sugerem o trabalho com biografias de personalidades negras. Isso traz a possibilidade de abordar trajetórias individuais de forma crítica, contextualizando, a partir de elementos concretos, as diversas formas de ser negro e de lidar com o racismo em diferentes tempos e situações. Incluindo também a abordagem das especificidades da manifestação do preconceito racial no Brasil, como indicaram Martha Abreu e Hebe Mattos. São experiências de vida que, como a de Monteiro Lopes, contribuíram para o alargamento e para a diversificação das opções, estratégias e possibilidades dos afrodescendentes.

**Jornalista, mestre e doutoranda em História (Unicamp).*

Sua colaboração é decisiva, sem ela não poderemos continuar

O Ìrohìn é uma organização não-governamental sem fins lucrativos com dois produtos de mídia: o jornal impresso e um sítio na internet. A demanda diária por assinatura gratuita continua e já alcançamos cerca de 10.500 assinantes no Brasil e no exterior. Está disponível na internet, desde 29 de maio de 2006, o Ìrohìn on line (www.irohin.org.br), com atualização diária. Nossa website recebeu, em 2008, 302.009 visitas. A média de visitas no ano foi de 825,16 por dia. Maio e novembro destacaram-se como meses de maior visitação do ano, com 38.493 e 34.919 visitas, respectivamente.

Os custos de elaboração, impressão e distribuição são crescentes (esta edição, em razão de nossas dificuldades, teve a tiragem reduzida de 16.000 para 12.000 exemplares) e queremos, com sua contribuição, continuar a informar e fortalecer a luta contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais. Sua doação deverá ser depositada na conta **Ìrohìn, Banco Itaú, agência 1584, conta corrente 18100-0, valor mínimo de R\$15,00.**

Ìrohìn - Banco Itaú
Ag.: 1584 -CC: 18100-0



Comunicação a serviço dos Afro-Brasileiros



Mais ciência e tecnologia na escola pública

Aliando cidadania, consciência negra e tecnologia, o Oguntec, da Steve Biko, já conseguiu inserir 40% de estudantes do projeto em cursos científicos nas universidades baianas.

Jamile Menezes*

Em uma turma de 45 estudantes, em sua maioria homens, um jovem negro se destaca entre os sete (apenas) que se assemelham a ele, não só por sua aparência muito jovem, mas por suas origens. Esse é Bruno Cupertino, de apenas 17 anos, que hoje está no segundo semestre do curso de Engenharia Elétrica, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bruno é um dos jovens negros e negras egressos do Projeto Oguntec do Instituto Cultural Steve Biko, em Salvador. O Projeto é uma iniciativa pioneira da Biko (como é conhecido o Instituto), que, desde 2002 vem buscando reverter a realidade de apenas 5% de presença negra nos cursos superiores da área de Ciências e Tecnologia, segundo dados do INEP. "Em minha escola eu via que nós poderíamos aprender muito mais do que o que o básico que os professores passavam, via meus colegas sem ânimo pra aprender. Busquei o Oguntec por gostar desta área e por sentir que poderia ter mais. Quando tenho aula na UFBA e visualizo poucos negros em minha sala, lembro deles, que por não terem tido essa mesma iniciativa que eu, não estão hoje em minha sala, aumentando o número de futuros negros engenheiros", afirma Bruno.

Em 2008, o Prêmio Jovem Cientista, promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Grupo Gerda e a Fundação Roberto Marinho, premiou a também egressa do Projeto, Sheila Regina Pereira (28), que após com-



petir com 485 outros estudantes, levou o prêmio máximo na categoria Graduado (R\$20 mil). "Ganhar o prêmio em primeiro lugar foi de suma importância por ver o trabalho que a Biko desenvolve sendo reconhecido, e por ter me possibilitado prosseguir em minha carreira acadêmica como jovem cientista", diz Sheila, que considera o acesso ao conhecimento científico e tecnológico "uma importante via de redução das desigualdades raciais e consequentemente das desigualdades econômicas brasileiras". Assim defendeu seu trabalho, inserido no tema *Educação para Reduzir as Desigualdades Sociais*, com a pesquisa intitulada *Oguntec: uma experiência de ação afirmativa no fomento à iniciação científica*. O prêmio foi entregue pelas mãos do presidente Luis Inácio Lula da Silva em cerimônia realizada em Brasília.

"Os brancos ainda são super-representados na área de Ciência e Tecnologia. Tem uma justificativa pragmática pra isso que é a falta de base da escola pública, onde está a maioria dos nossos. Mas estudos avaliam que mesmo estando em uma escola particular, o jovem negro tem diferença de rendimento, o que é causado pela estrutura racista que não consegue lhe dizer do que ele é capaz", afirma o coordenador do Oguntec, Lázaro Passos. "A auto-estima é um dos fatores que contribui para que os jovens de escolas públicas (negros em sua maioria) não se vejam como cientistas e tecnólogos. Isso se concretiza por conta do ambiente escolar precário

que desmotiva o avanço em direção às profissões de alto prestígio social", aponta Sheila Regina, que hoje é também assistente pedagógica da Biko e graduada em Estatística pela UFBA.

Quilombos - Vendo os jovens negros como potenciais protagonistas do desenvolvimento científico brasileiro, o Projeto Oguntec poderá se instalar, nos próximos anos, nas escolas públicas da rede estadual de ensino. A proposta foi apresentada ao governador do Estado, Jaques Wagner, e à secretária de Promoção da Igualdade, Luíza Bairros, no último mês, quando foram estabelecidas parcerias para a criação dos que serão chamados *QuilomboTecs*. Serão Quilombos Educacionais de Tecnologia para onde serão levadas as disciplinas do projeto original, sua didática e atividades extras como seminários e debates com profissionais negros destas áreas e visitas a instituições científicas, que funcionam como estímulo ao aprendizado tecnológico.

"Temos visto uma diminuição de matrículas para o ensino médio, nas escolas públicas. Haverá, portanto, menos jovens em direção à universidade. Nestas áreas então, ainda menos. Ao levar o Oguntec até os estudantes, queremos estimular a Ciência já na 8ª série. Agora estamos na fase de negociações, vamos selecionar as escolas e convergir com outras ações que já estejam ocorrendo na rede pública. Programa de Bolsas de iniciação científica, dinamização de laboratórios que estão fechados ou em subuso, sem pessoas qualificadas para orientarem os estudantes, são algumas dessas ações", elenca o coordenador.

Nos *QuilomboTecs*, serão quatro eixos temáticos a serem trabalhados: elevação da escolaridade, popularização da ciência, inclusão digital e formação de professores. Para a jovem Jaqueline dos Santos (19), que está há dois anos no Oguntec e é a única de sua família que já chegou tão perto da universidade, essa iniciativa poderá mudar muitas realidades como a dela. "Nunca ouvi de ciência em casa e hoje tenho certeza que é o que quero. Mestrado, Doutorado e pesquisas é o que sonho para mim. Aqui

meus professores dizem que eu posso, então acredito neles e acho que isso tem que chegar para muitos outros", enfatiza Jaqueline, que está certa de prestar vestibular para Biologia.

Desafios - Aliando cidadania, consciência negra e tecnologia, o Oguntec já conseguiu inserir 40% de estudantes do projeto em cursos científicos nas universidades baianas. "Além do desânimo por parte deles, efetivamente, vemos que a parte do conteúdo é absurda. Não há nada que eles tragam da escola que possamos aproveitar aqui, como se não estivessem indo para lá. É o que chamamos de Operação Sabotagem da População Negra, pois a escola acaba se tornando um depósito de nossa juventude. Basta olhar o que a escola particular está fazendo pra manter a elite no poder e fazer o mesmo na escola pública para termos avanços", pontua Passos. "Falta uma política de Estado no Brasil. Enquanto nos países de primeiro mundo a educação científica é incorporada ao currículo desde o ensino elementar, aqui, há um distanciamento entre o conhecimento científico e a educação pública", considera Sheila Regina.

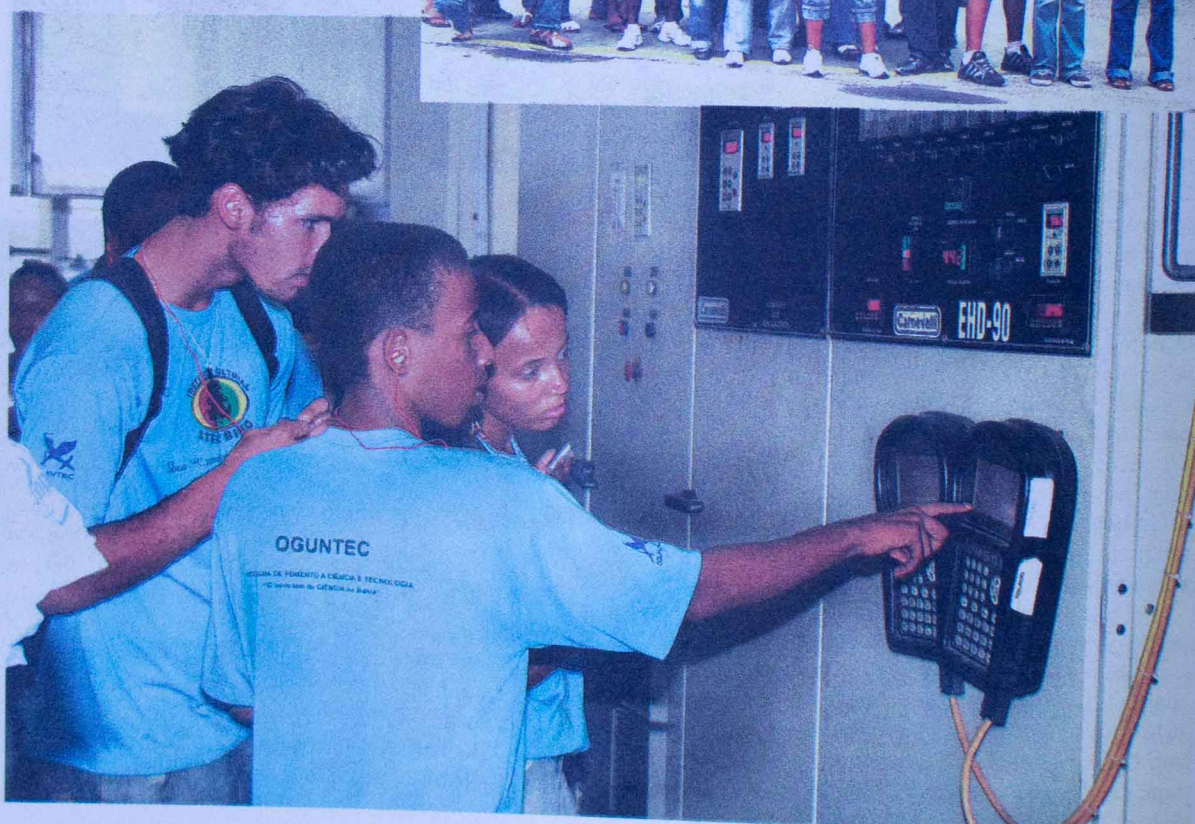
Sede - A audiência com o governador também trouxe esperan-

ça quanto a uma antiga demanda da Biko: **uma nova sede**. Funcionando em um casarão antigo no Centro Histórico (Pelourinho), o Instituto tem na ampliação de sua estrutura física a possibilidade da participação de mais jovens em seus programas. "A Ford, por exemplo, para estar na Bahia, teve que receber uma série de concessões governamentais, apesar de seu poder financeiro. Se analisarmos a estrutura que nós temos e os benefícios que já foram dados à população baiana, diretos e indiretos, isso credencia a instituição a ter esta parceria estratégica", conclui Lázaro Passos.

**Jornalista (BA).*



Foto: Carlos Cruz



Fotos: Divulgação Steve Biko



Considerações Políticas Sobre a Guerra

Das jaulas, das Feras e do CONSEG na Bahia

Hamilton Borges Walê *

“No contexto em que se busca a identificação da prática do Racismo Institucional, percebe-se que sua existência ocorre como resultado de uma trama complexa, que envolve o poder atribuído à instituição, em sua tarefa de prestar um serviço público do governo estadual, através dos indivíduos que o representam e ali trabalham. É uma prática de sujeitos dotados de capacidade individual e, ao mesmo tempo, investidos de responsabilidade técnica e moral pelo Estado. Dito isso, entende-se que as práticas desses sujeitos representam a ação do Estado, quer essa se caracterize pela ação ou a omissão” Andreia Beatriz Silva dos Santos¹

A 1ª Conferência de Segurança Pública (CONSEG), que está em planejamento para ocorrer em agosto de 2009, vai sendo celebrada com fervor pelo governo do Estado da Bahia. Este que se apresenta nacional e internacionalmente como paladino da justiça e da segurança cidadã, mas que, objetivamente, pratica uma política de segurança digna de um Estado eugênico, penal e genocida. Um governo centauro, “com uma cabeça liberal e as patas fascistas”, como dito por Loic Wacquant².

O que realmente quer essa Conferência Nacional de Segurança Pública? Era o que nos perguntávamos no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 15 de fevereiro, numa reunião para avaliarmos o Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus³. Direto das comunidades de Acari, Maré e Jacarezinho, numa articulação nacional contra a violência, tentávamos compreender o real significado de uma conferência de segurança diante deste contexto de violação total de direitos humanos no qual vivemos. Nessa articulação pautamos o racismo como contradição central desse debate e pensamos nos familiares das vítimas do Estado e nos Movimentos Sociais que não se renderam à lógica chapa branca, como únicos sujeitos políticos capazes de apresentar uma alternativa de segurança cidadã. Alternativa esta que atue demolindo o atual modelo que promete le-

var mais pobres, negros, quilombolas, indígenas e todo rosário de oprimidos – ainda que não a minoria – ao esmagamento nesse moinho fascista instalado nas comunidades sociorracialmente apartadas.



Foto de uma jaula tirada em fevereiro de 2009, no Campo Grande, Salvador/Bahia, que mostra uma delegacia móvel utilizada como alternativa para prisão durante o carnaval.

Ao fim e ao cabo, a Conferência de Segurança Pública busca legitimar as propostas controladoras e policiaescas do governo brasileiro dentro de uma pauta única e sem crítica que é o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Com obras de aceleração do crescimento da indústria da violência, o CONSEG/PRONASCI

busca impor uma pauta fascista ao movimento social com ares de participação, mas com as cartas marcadas por sangue e capitulação política de gente boa que vem perdendo energia ante a pauta neoliberal e penalista em curso:

precisamos problematizar.

Mas e a etapa da Bahia do CONSEG? Em 2006 foram registradas 967 mortes pelo CEDEP (Centro de Documentação e Estatística Policial SSP/BA). Em 2007, 1.344 (N'Zumbi, 2009). Em 2008, foram apresentados números assombrosos: 2.237 mortes. Curva ascendente de óbitos, ainda que os

números sejam subnotificados, revela uma grandeza que por si caracteriza genocídio. É genocídio o que vemos, ainda que partidos da base aliada e ONGs de militância via MSN (Messenger), abastecidas com recursos de projetos, digam o contrário em seus manifestos anuais durante o verão, contra o que eles chamam de extermínio. Falar em extermínio é um eufemismo: aplaca o real significado desse fenômeno racial de crime de lesa-humanidade contra a população negra no Brasil, se não vejamos: “A tecnocracia jurídica brasileira, no entanto, considera incorreto o termo GENOCÍDIO para essa situação de assassinio generalizado da população negra esbarramos, sempre e tanto, no mecanismo sofisticado que o Brasil criou para perpetuar o racismo”⁴.

Cuidado semelhante teve a Casa Civil do Governo Federal ao cancelar um evento que discutiria relações raciais e segurança pública no âmbito do PRONASCI lá em Pernambuco, no ano de 2007. Não posso revelar minha fonte, devo preservá-la da degola. Mas qualquer pessoa minimamente atenta pode buscar os motivos para que não se discutam as relações raciais e segurança num país de maioria negra, onde os negros morrem como baratas (Cardoso, 2005), num saneamento racial já bastante declarado pelo atual governo baiano que

segue à risca a lógica de seu antecessor. Claro que não falo aqui de cursinhos de boas maneiras para abordagem policial, isso eu não quero nem comentar. O governo do Estado da Bahia até promoveu ano passado seminário intitulado **Segurança Pública e Promoção da Igualdade: Direito e Responsabilidade de Todos(as) Nós**. Mas ficou por aí. Depois foi acompanhar a inércia, a contagem dos mortos e contemplar um cemitério clandestino na Estrada Velha do Aeroporto, trecho conhecido como Curva da Morte, que revela a justiça de nossa insistência em tensionar para que o governo reative o Grupo de Combate aos Crimes de Extermínio na Polícia Civil. Para que admita que os bandos paramilitares estão soltos enquanto o governo justifica a eliminação sumária de muita gente pelo envolvimento e/ou combate ao tráfico. É um reforço à nossa tese segundo a qual o governo primeiro precisa combater o racismo no interior de seus quadros, para depois pensar em promover a igualdade.

Mas o governo tem muito a comemorar, pois a Bahia foi escolhida para sediar o Congresso da ONU sobre prevenção ao Crime e Justiça Penal. É a primeira vez que o evento acontece no Brasil. Todos os preparativos estão sendo feitos para que a cúpula internacional veja tudo asséptico, tudo limpo. Ruim é Ban Ki-moon, secretário geral das Nações Unidas, saber que a limpeza é feita com nosso sangue, que o secretário de Segurança Pública Cezar Nunes, comandante das Operações Saneamento I e II, age com duas faces perante a lei. Uma, para se apresentar à ONU, para fazer o Conseg e para se legitimar como o homem que levou segurança à Bahia e assim declarar: **"A ratificação do decreto nos dá a oportunidade de apresentar o sério trabalho que vem sendo desenvolvido para o fortalecimento das políticas criminais na Bahia."**⁵

A outra face mais lombrosiana, efetivamente bélica e de confronto contra as comunidades pobres, para acelerar a limpeza conforme os títulos de suas operações, o que justifica impor: **"não podemos nos acovardar. Partimos para cima sempre, com segurança, com a certeza de estarmos cum-**

prindo as leis. Porque, se tem que tombar, que tombe do lado de lá, não vai tombar do nosso lado, não. Que tombe do lado dos bandidos, mesmo. E a polícia não se acovarda, não, a gente está partindo para cima mesmo"⁶. E isso envolve violação de direitos individuais, execução sumária rebatizada de auto de resistência, criminalização da

nos sem qualquer pronunciamento do Ministério Público ou Defensoria Pública (até o momento do envio desse texto).

Eis o trabalho pesado do Governo na área de segurança pública: nos varrer para debaixo da terra antes que toda cúpula internacional venha fazer sua "conferência" por aqui.



pobreza com mandados coletivos em comunidades pobres de Salvador. Declarações contundentes sobre a visão do governo em relação à segurança pública. Promiscuidade com a mídia local na exibição de pessoas detidas em delegacias, que tem suas imagens sendo expostas e ridicularizadas. Indivíduos julgados por repórteres e delegados que praticam crimes de direitos huma-

Não estivemos presentes no lançamento da etapa estadual da 1ª Conferência de Segurança Pública convocada por meio do Decreto nº 11.410 em janeiro de 2009. A cerimônia aconteceu no auditório da Fundação Luís Eduardo Magalhães 3a. Avenida, 310, Centro Administrativo da Bahia. Salvador.

Iremos, sim, demonstrar, através de uma articulação política na-

cional, a fraude contida em uma farsa de participação num setor que não escuta as propostas que emanam do movimento social. Temas como a desmilitarização, o julgamento na justiça comum para policiais criminosos ou a autonomia da polícia técnica, nem passam perto. Relatórios de juízes que já abriram a "caixa laranja" do sistema prisional, que certamente vem desde o governo carlista, mas que se acirrou no atual governo. Resultados de CPIs como a do Sistema Carcerário não estão presente na agenda destes eventos. Eis o limite do Conseg: uma participação de fato de sujeitos críticos não cooptados.

Faremos ainda uma ação paralela com documentos, depoimentos e manifestações revelando que a grande política de segurança baiana baseia-se na construção de mais presídios, no aquecimento da indústria da violência, na privatização do sistema prisional, na tortura, na falta de uma política efetiva para curto, médio e longo prazos, na perseguição e ameaça aos defensores dos Direitos Humanos, sobretudo militantes do Movimento Negro. Que a segurança está restrita ao aspecto criminal. Temos confiança na articulação comunitária, em redes de solidariedade e proteção fora do controle de nossos algozes e em nossa capacidade de articular um grande movimento social que, ainda que acreditem que esteja nas ruas para perder, seja vitorioso em se manter referenciado na luta ancestral de gente preta como Zeferina que, em 1826, pelos lados do Bairro Pirajá, combatia a Brigada Militar, atual Polícia Militar, composta por capitães do mato que perseguiam o Quilombo do Orubu naquela localidade.⁷

Por fim, estamos fazendo um esforço especial de levar o tema da Segurança -sob um olhar racialmente africano e comprometido- ao conhecimento público. Notícia que correu o país sobre o uso de jaulas para deter foliões no carnaval de Salvador revela a clareza do governo sobre segurança pública e racismo. É um cinismo bruto e sem cosméticos, uma espécie de zombaria contra os negros baianos. Uma anedota. O governador repete que seu governo não é racista, que ele criou uma secretaria para os negros, que

seu delegado chefe é negro, que seu comandante da Polícia militar é negro, e tudo fica assim justificado. Eis o principal papel da integração num país racista.

O Governo zomba de todos que combateram nesses 30 anos contra a ditadura e o Carlismo - seu irmão univitelino. Recentemente ganhou a ribalta da Segurança Pública o delegado José Magalhães, torturador confesso e condenado pela justiça. Ele vem para sanear a Ilha de Itaparica, mas promete vãos maiores (ver declarações em Box). José Magalhães "é conhecido pelo lema **"Eu faço a lei"**. Em 1993, os policiais de seu batalhão mataram um rapaz que, segundo eles, estava fujindo de um flagrante de roubo de carro. De acordo com o depoimento dos policiais, Magalhães foi direto: **"Sumam com os documentos e apareçam com o cadáver como se tivessem achado no meio da rua"**⁶. O delegado acabou com um processo por prevaricação e falsidade ideológica, do qual se livrou durante o período de imunidade proporcionado por um mandato de Deputado Estadu-

al." Magalhães tem em seu currículo "cinco processos por abuso de autoridade e um por tortura, com 41 denúncias de ex-presos de sua delegacia." (idem)

Mesmo diante de nossa exigência para que o governador retirassem os servidores da gestão anterior com seus antigos métodos, o governo preferiu apostar na continuidade e agora coleciona mais um escândalo em que a figura principal é o coronel Jorge Ribeiro de Santana. Membro da cúpula da segurança, este que por dois anos foi comandante da Polícia de Jacques Wagner, foi preso em flagrante por corrupção ativa recebendo propina (R\$ 26 mil) pelas licitações fraudulentas na compra de 191 viaturas. Lá atrás nós dissemos, não foi profecia. É uma análise objetiva que nos leva a afirmar que a desmilitarização da polícia ostensiva é imperativo e o controle popular da polícia civil é possível, desde que haja uma verdadeira escolha ética.

Eis a cara da Segurança Pública da Bahia, qual seja: a repaginação de uma luta antiga. Mas

nesse ambiente a conferência e a reunião da ONU merecem uma resposta. A pauta quem estabelece somos nós. Movimento Social Organizado, Movimento Negro de princípios militantes, porque **"Gaiola Não é prisão pra negros, prende segredos, mas não pode nos prender"**⁹.

***Membro da Associação de familiares de Amigos de Presos e Presas da Bahia; Articulador da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta; Articulador do Tribunal Popular "O Estado Brasileiro no Banco dos Réus". Poeta, ator.**

Notas

1- Morte Por Causas Externas: Um estudo sobre a Identificação da Raça/Cor da Pele no Instituto Médico Legal de Salvador/Ba, 2007, Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana.

2- Entrevista, concedida a Cécile Prieur e Marie-Pierre Subtil, em 29 de novembro de 1999, por ocasião do lançamento de um de seus livros na França, foi parcialmente publicada por Le Monde).

3- Tribunal Popular que entre os dias 04 e 06 de dezembro de 2008, em São Paulo, julgou os crimes praticados pelo Estado e condenou moralmente o Estado Brasileiro por racismo, genocídio, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

4- Rebeca Oliveira Duarte, Advogada do Observatório Negro, especialista em direitos Humanos pela UFPB, em artigo para o jornal Irohin nº 15, março de 2006. Sobre o tema cabe ainda a leitura atenta do livro *Corpo Negro Caído no Chão - o Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro*, de Ana Luíza Pinheiro Flauzina.

5- Cezar Nunes, em entrevista à revista Nordeste, nº 31.

6- Extraído do texto de Felipe Freitas, militante do Movimento Negro, acadêmico de Direito, membro do Nenu UEFS: "Para cima de quem? Reflexões sobre a política de Segurança Pública do Governo Wagner".

7- Este ano um Quilombo Educacional em Cajazeiras, que ainda acredita nas articulações da Campanha Reaja pela Vida Contra o Racismo e carrega o Nome Quilombo do Orubu, faz 10 anos de atuação.

8- Veja Online 2001. Acesso em fevereiro de 2009.

9. Música cantada nos anos 80 pelos Blocos Afros e que foi corajosamente lembrada pelo Instituto Cultural Steve Biko, durante aula pública na Mudança do Garcia (cortejo carnavalesco de Salvador/Bahia), em fevereiro de 2009.

O que estamos esperando?

Estão os espaços realmente abrindo-se para a diversidade ou estão apenas aceitando receber colaboradores de cores diferentes para manter as estruturas de dominação?

Ísis Aparecida Conceição*

A eleição e posse de Barack Obama expressaram para os EUA, Brasil e mundo que o desejo e necessidade de mudanças e de pessoas competentes estão superando os estereótipos raciais que impediam, e ainda hoje impedem, que determinados grupos alcancem espaços de reconhecimento e prestígio.

Obama foi eleito, apesar de ser negro e apesar de não ser negro descendente de escravizados, foi eleito mesmo sendo diferente porque trazia, com competência, proposta de trabalho eficiente e eficaz.

Sabemos que os programas de políticas afirmativas, que permitiram que o pai do atual presidente americano e ele próprio ingressas-

sem numa das universidades mais prestigiadas dos EUA, não são uma exclusividade americana. Esses programas são uma realidade em inúmeros países multiculturais.

Durante o ano de 2008 e começo de 2009, percebemos que a eleição do chefe do governo americano pode ser, realmente, o prenúncio de uma mudança de pensamento mundial. Estereótipos dão lugar à percepção de que a exclusão racial resulta de diversos mecanismos que impedem que membros de determinados grupos realizem plenamente seus projetos de vida.

Esses elementos são objetivos e subjetivos. A auto-estima, apesar de ser desmerecida, é um elemen-

to relevante na construção do projeto de vida do indivíduo negro, em um contexto que valoriza a sua cor como algo negativo.

Em 2008, compreendendo os inúmeros âmbitos da estrutura de exclusão racial, o governo da Inglaterra deu início ao programa *Reach*, cujo nome já diz dos objetivos do programa: ajudar jovens homens negros a ambicionar mais e, conseqüentemente, atingir mais.

O *Reach* selecionou um grupo de jovens negros bem-sucedidos para visitarem escolas e projetos contando suas histórias de vida. Nesse sentido, o projeto é um programa de Ação Afirmativa que busca mitigar os efeitos psicológicos da



idéia de supremacia de uma raça em relação à outra.

O ministro Joaquim Barbosa em sua obra, "Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade", pontuou de forma eloqüente que as ações afirmativas têm como uma de suas metas formar *role models*, elas "cumpririam o objetivo de criar personalidades emblemáticas (*role models*). Vale dizer, elas seriam um dos principais instrumentos de criação de exemplos vivos de mobilidade social as-

cedente: os representantes de minorias que, por terem alcançado posições de prestígio e poder, serviriam de exemplo às gerações mais jovens, que veriam em suas carreiras e realizações pessoais a sinalização de que não haveria, chegada a sua vez, obstáculos intransponíveis à realização de seus sonhos e à concretização de seus projetos de vida." (Barbosa, 2001, p.48/9.)

A figura de um indivíduo negro bem-sucedido tem efeito tanto entre os negros que o vêem, percebendo que podem também ambicionar mais, bem como afeta positivamente os não-negros, contribuindo para ajudar a desconstruir estereótipos relacionados aos grupos étnicos com os quais não convivem.

O governo britânico pautou esse programa neste sentido, de formar e visibilizar os *role models* negros jovens do país.

No mesmo sentido, de fomento a políticas nacionais de ações afirmativas para afrodescendentes, no mesmo ano em que a Inglaterra anunciou o *Reach*, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, trouxe a público o seu programa de diversidade e inclusão. Ele denunciou a plena necessidade de política pública estatal em diversos setores com a finalidade de inclusão.

Nicolas Sarkozy, além de nomear um secretário exclusivamente para pensar a diversidade no país, anunciou que a partir de 2010 todas as escolas preparatórias para as universidades consideradas de elite na França terão 30% de suas vagas reservadas para as minorias étnicas e sócio-econômicas.

A Europa abertamente abraça as políticas estatais de diversidade, enquanto nos EUA o desafio constituiu-se em fazer com que as políticas de diversidade realmente apliquem-se no setor privado. Esse fenômeno conhecido como "horizontalidade dos direitos fundamentais", ou "horizontalidade dos direitos humanos", encara o setor privado como novo espaço de intervenção e implementação dos valores relacionados à igual dignidade da pessoa humana.

É esse o fundamento da intervenção estatal em espaços privados,



O ministro do STF Joaquim Barbosa alcançou uma posição de prestígio que pode influenciar as novas gerações

como as empresas, buscando a implementação de políticas de diversidade dentro e fora das instituições estatais, garantindo assim a representatividade de diferentes grupos em todos os espaços sociais.

A Europa deu início à implementação de políticas que permitirão a eles, no futuro, terem o seu Barack Obama, alguém que, independente dos preconceitos e estereótipos, é diferente, mas nem por isso desigual, alguém em quem o país pode depositar suas esperanças e confiança.

Nós aqui no Brasil estamos, timidamente, buscando esse caminho. Os debates ainda são carregados de ranços escravistas que permanecem em nossas relações cotidianas e influenciam as decisões de gestores nos espaços públicos e privados.

É certo que alguns, muito poucos, não estão de costas para o curso da história e, em sintonia com o mundo, sabem que a sustentabilidade das relações humanas depende da tomada de decisão por parte deles em minimizar, até a eliminação, as desigualdades que por tanto tempo naturalizamos.

É claro que todo caminho trilhado tem suas tortuosidades e suas pedras. Como explicar negros mais comprometidos com os valores que o levam ao sucesso do que com os valores que representam a sua origem e beneficiam a sua comunidade?

A importância dos *role models* é nesse sentido apresentada em oposição aos perigos do tokenismo, também um possível reflexo do "efeito Obama", que tornou o "ser negro" um reconhecido espaço de oportunidades e "pequeno" poder.

Tokenismo seria o fenômeno de formação de *Tokiens*, que são pessoas desproporcionalmente representadas, numericamente, em determinados espaços que antes lhes eram negados. São representantes de minorias os quais são inseridos/incluídos com a finalidade de provar a não discriminação nesses locais.

Assim, são identificados "bons" e "maus" *Tokiens*. Os "maus" seriam aqueles representantes de minorias que compactuam com a lógica de funcionamento do espaço, a saber, a adoção de meras simulações de inclusão sem relevância real. O "bom" é aquele que não compactua e tem um postura combativa frente à estrutura posta no local, indicando simbolicamente uma igualdade de representação por vir no espaço onde foi inserido. (Fineman, Martha Albertson., 1998).

Estamos em um momento onde a formação de negros *tokiens* e negros *role models* ou figuras emblemáticas nos levará à necessária discussão: estão os espaços realmente abrindo-se para a diversidade ou estão apenas aceitando receber colaboradores de cores diferentes para manter estruturas de dominação?

Importante neste momento é apontar que o Brasil, insistindo em não participar do debate sobre inclusão da diversidade, diversidade que temos como elemento de orgulho nacional, insiste em ignorar o curso da história.

Parece que da mesma forma que aconteceu com o processo de abolição da escravidão, seremos os últimos a perceber as vantagens e a necessidade do mundo moderno, de diversificar as percepções e que apenas os espaços que permitem essa diversidade terão potencialidade real de competição, superação e realização.

***Especialista em Direitos Humanos - FD/USP, mestrandia em Direito do Estado - FD/USP e voluntária Educafro(Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes) e IDDAB (Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil).**



Reflexões sobre a Democracia

As questões de desemprego, ocupação, renda e escolaridade são um exemplo de que, no Brasil, o ideal democrático ainda não alcançou as mulheres negras.

*Rebeca Oliveira Duarte**

São muitas as teorias democráticas que buscam definir conceitualmente o sentido clássico e o mais contemporâneo da democracia. Da compreensão mais restrita ao gozo de direitos políticos, ao exercício amplo de direitos civis, políticos e sociais, econômicos e culturais, o fato é que a definição de democracia é um construto relativizado a cada dimensão dada de análise.

Nada mais urgente em se discutir em nosso país, apesar de parecer um assunto já esgotado – ou esgotante pela repetição. Talvez exatamente por isso mesmo, e por ser urgente que o debate sobre democracia supere os mecanismos atuais de participação, que ameace limitar a ação política em determinados arranjos institucionais de pouco ou nenhum avanço concreto quanto à democratização. Há duas décadas, eleições diretas no Brasil eram a significação de um advento democrático. Do mesmo modo, a liberdade de pensamento e de expressão marcou o discurso sobre a democracia nos meios de comunicação. Mais recentemente, a concepção de democracia participativa nos processos, conferências e nos conselhos sofre a mesma limitação conceitual das formas anteriores de rotulamento.

Certamente, não se pode negar que hoje vimos possibilitando incluir nesse conceito a inserção de grupos vulneráveis ou segmentos sociais excluídos no acesso a direitos e no exercício da cidadania. Mas ainda precisamos pensar a democracia como um sistema político que, além de garantir a participação pública, a contestação e a oposição, garantam plenamente a dignidade humana de todas as pessoas – ou seja, possibilite o pleno acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. “Pensar” quer dizer também agir ou re-agir às condições

estabelecidas de desigualdades. Poucas pontuais políticas de governo não efetivam quaisquer possibilidades concretas de transformação da conjuntura de um Estado.

Desde há algumas décadas, as exaustivas pesquisas desagregadas por raça demonstram o óbvio das desigualdades raciais e de gênero. Mas ainda não é demais reproduzi-las como argumentação, principalmente quando os derradeiros dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a PNAD de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam qual o atual quadro de desigualdades do assim chamado “Estado Democrático de Direito”, termo que adota a boca de tantos de nossos juristas, mas amarga a de quem passa fome de tudo.

A pesquisa reafirma o que denunciamos insistentemente: o gozo de direitos sociais básicos tem impacto diferenciado entre homens e mulheres, entre pessoas negras e pessoas brancas. Mais ainda, as questões de desemprego, ocupação, renda e escolaridade são um exemplo de que, no Brasil, o ideal democrático ainda não alcançou as mulheres negras.

Na maioria dos índices, as mulheres negras constituem o grupo social mais vulnerabilizado, em contraste com o grupo mais beneficiado, o dos homens não-negros. Enquanto a taxa de desemprego, por exemplo, entre os homens não-negros é de 5,6%, para os homens negros de 7,1% e para as mulheres não-negras de 9,6%, para as mulheres negras essa taxa é de 12,5%. A diferença entre as mulheres negras e os homens não-negros é de, portanto, pouco mais que o dobro.

O rendimento médio também é um índice que ilustra as desigualdades de gênero e raça – sendo que,

por este aspecto, mais de raça que de gênero. Em reais, o rendimento médio verificado pelo PNAD 2007 para os homens não-negros estava em R\$1.344,3, para as mulheres não-negras em R\$905,5, para os homens negros R\$688,6 e para as mulheres negras R\$499,4.

A escolaridade média, em anos de estudo, é, no total da população brasileira, de 7,8 anos. Fazendo a gradação por sexo e raça, encontramos que o maior abismo está entre as mulheres negras e as mulheres não-negras: enquanto estas têm uma média de 9,3 de anos de estudo, as negras têm apenas 7,2. É o aspecto em que as mulheres não-negras estão acima de todos os segmentos, inclusive dos homens não-negros, que têm 8,5 de média de escolaridade; as mulheres negras aqui estão praticamente igualadas à média dos homens negros, que apresentam o índice de 7,0 de anos de estudo.

A articulação das questões de gênero e raça nos faz refletir sobre o cruzamento dos índices de escolaridade e de rendimento. É que encontramos a contradição de que, apesar de terem maior escolaridade em relação aos homens, as mulheres negras e não-negras, também em relação a eles dentro de cada grupo racial, têm menor rendimento.

Esses aspectos são dados que demonstram a complexidade de um pretenso sistema político democrático. Os movimentos sociais, principalmente de mulheres e nomeadamente o de mulheres negras, tratam da necessária radicalização da democracia, em que as desigualdades sociais de gênero e raça, dentre outras, devam ser erradicadas para a vivência de relações sociais equitativas e verdadeiramente justas.

Mas pensar em “radicalização” nos leva a outro velho dilema, sobre qual o alcance possível de ações po-

líticas no interior de um sistema jurídico erguido exatamente sobre essas desigualdades raciais e de gênero; ou sobre o que poderia haver de mudança estrutural em políticas públicas. Reconhecendo que não são as políticas públicas que terão um aspecto reestruturante para a consecução da equidade – dado que executadas em submissão a um *status quo* normativo de um Estado construído para ser desigual –, ainda nos resta a dúvida crucial sobre que caminhos são possíveis para a efetiva justiça social – do mesmo modo admitindo que a longa espera pela revolução armada já perdeu seu sentido para a maioria dos movimentos sociais.

Penso que a chave para essa “radicalização” vem sendo identificada nos mecanismos de controle social, em seu sentido mais originário; o reconhecimento de quais os instrumentos de controle que se exercem sobre a sociedade e seus integrantes e a atuação militante em direção a eles. Ou, em outras palavras, trata-se da avaliação de qual o papel que cabe à mídia e aos meios de comunicação em geral; ao sistema jurídico; à medicina, à pedagogia. Está aí, portanto, o sentido mais político das ações afirmativas, e, em decorrência, o sentido vanguardista do movimento negro – especialmente o movimento de mulheres negras. Tanto o é que merecemos competir a atenção com os dalits indianos – representados por brancos, diga-se de passagem.

Fica aqui a proposta de pensarmos mais nisto, adiante: sobre o controle social e a nossa atuação perante os seus instrumentos.

***Advogada e cientista política do Observatório Negro, professora de Direito da Faculdade Integrada do Recife – FIR**



Entrevista Vanda Sá Barreto

Estratégias e diálogos nas políticas de igualdade racial da Bahia

Há dois anos como superintendente de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, Vanda Sá Barreto enumera os resultados da gestão e conta o esforço para "contaminar" outras áreas do governo estadual

Isabel Clavelin*

Vanda Sá Barreto, 65 anos, superintendente de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade da Bahia (Sepromi) esteve em Brasília, no período de 10 a 13 de fevereiro, participando de duas atividades organizadas pelo governo federal. Participou como expositora do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em painel que reuniu as secretarias especiais de Igualdade Racial (Seppir), Políticas para as Mulheres (SPM) e Direitos Humanos (SEDH). A gestora também representou o governo do Estado da Bahia no II Diálogos Estaduais do Fipir (Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial). Confira a entrevista para o Ìrohìn:

Ìrohìn- Quais os avanços e os desafios nesses dois anos de gestão na Sepromi?

Vanda Sá Barreto - Estamos com dois anos de administração. Isso significa construir a instituição, a estrutura, a política. Começamos sem orçamento, porque o orçamento já havia sido predefinido. Todas essas dificuldades têm sido a marca da implantação de organismos em todo o país. Muitas das questões já eram debatidas, e a gente se beneficia desse debate sobre estrutura, prioridades. Este ano, a questão racial e a de gênero estão na pauta governamental. Estão na agenda, estão na fala dos principais dirigentes, e inclusive do governador, e inscritas nas diretrizes estratégicas do planejamento do governo do Estado. A equidade de gênero e raça é uma das oito diretrizes governamentais. A partir daí, a gente trabalha

no sentido de garantir a instituição de estruturas dentro da administração pública que viabilizem a implantação das políticas que estão em construção. Tentamos avançar no sentido de movimentar outras estruturas setoriais que operam a política e garantir essa transversalidade. Fazemos isso a partir de grande diálogo e articulação entre níveis de governo. A gente não existe se não dialogar com governo federal, com governo municipal. E nesse caminho a gente está fazendo esse tipo de com-

truindo seu plano de trabalho. Foi empossado no ano passado. É misto, envolve pesquisadores, organizações da sociedade civil negra e o Estado. Organizamos um seminário com integrantes do Movimento Negro que fazem parte do Comitê Nacional de Saúde da População Negra e com representantes do Ministério da Saúde, que também fazem parte dessa estrutura nacional. A Bahia acionou o Pacto para Implementação do Programa de Anemia Falciforme e está sendo contemplada como estado-pi-

Vanda Sá Barreto - A questão da segurança é central. Mas também há pautas específicas de educação, trabalho e renda. Mas fundamentalmente esses temas setoriais são para inscrição nas políticas públicas. Há uma pauta específica de fortalecimento do setor para o trabalho com outros segmentos da juventude, para crescimento desse conjunto. É a ação do jovem para afirmação política. Esses grupos tiveram papel importante na Conferência Nacional de Juventude.

Ìrohìn - Como é o trabalho da Sepromi para a formação de gestores?

Vanda Sá Barreto - A formação de gestores é fundamental para as políticas de igualdade. Só há garantia para essas políticas se houver quadro de gestores da administração superior e servidores sensibilizados, mobilizados e reconhecendo a legitimidade das políticas. Não adianta baixar o decreto se, no mesmo passo, não há sensibilização em determinado nível para exercer a política do ponto de vista da sua concepção, execução, acompanhamento e avaliação.

Ìrohìn - Há programas em desenvolvimento para capacitar gestores?

Vanda Sá Barreto - Começamos em outubro do ano passado, é algo inicial que visa a construção de um Plano Estadual de Formação de Gestores em Raça e Gênero. Estão envolvidas três secretarias: Igualdade, Administração (responsável pela política de recursos humanos) e Trabalho. Essa ação está sendo



posição.

Ìrohìn - Em que áreas já são visíveis os avanços?

Vanda Sá Barreto - Especificamente, acho que avançamos na questão de quilombos e em relação a algumas áreas setoriais. Estabelecemos diálogo com a Secretaria de Saúde, na criação do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra. Atualmente, esse comitê está cons-

luto para essa experiência da disseminação. Juventude é uma questão estratégica e vimos fazendo uma construção do ponto de vista de empoderamento. Encontramos uma movimentação forte de grupos de juventude negra e estabelecemos um diálogo sistemático nos últimos quatro meses de construção de pautas.

Ìrohìn - Que questões têm sido demandadas pela juventude negra?

construída a partir da agenda Bahia do Trabalho Decente, primeiro estado brasileiro a incorporar esse conceito. Usamos o PCRSI (Programa de Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional) e operamos também com o GRPE (Programa Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego). Já tivemos duas turmas de gestores – 80 ao total –, que vão atuar como mobilizadores nas suas unidades. Desse momento em diante, o sistema de recursos humanos do Estado que tem uma universidade corporativa (20 órgãos públicos da Bahia têm universidades corporativas) está mobilizado. A proposta é que esses gestores atuem em núcleos dentro das secretarias. A gente está apostando na aplicação dos conteúdos de raça e gênero nos concursos, nas seleções, nas formações. É uma gama imensa de estratégias que estamos perseguindo.

Ìrohìn - A segurança pública é foco de conferência nacional e internacional. Como a Sepromi entra nesse debate, tendo em vista o grande número de assassinatos de jovens negros?

Vanda Sá Barreto - Na semana passada, houve o lançamento da conferência estadual de Segurança Pública. Foi um ato com o governador do Estado, Jaques Wagner, com a presença do Ministério da Justiça. Lá, de forma pública, o governador declarou tratar-se não de uma conferência da Secretaria de Segurança Pública, mas de uma conferência que deve incluir sociedade civil e unidades que até agora não estão no processo. A Sepromi, disse o governador, terá assento no grupo de coordenação. Segurança pública é uma área sensível para nós, pois tem link com um conjunto de ações. Talvez seja a área mais complexa para o diálogo, mas queremos estar nos dois espaços: nacional e internacional. De certa forma, já entramos. Nesse campo, temos algum avanço na formação de mulheres apenadas, negras na sua totalidade.

Ìrohìn - De que forma a Sepromi pretende atuar nesses processos?

Vanda Sá Barreto - Esse espaço da conferência vai contribuir para que estabeleçamos um diálogo. Quando chegamos ao governo,

havia uma minuta do Plano Estadual de Promoção da Igualdade, resultado da conferência de 2005 (*Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial*). A partir daí iniciamos o diálogo com a Secretaria de Segurança, especialmente com a área de formação, a Acadepol (Academia de Polícia). Daí saíram algumas coisas que precisam ser trabalhadas para alterarmos algumas lógicas do funcionamento da estrutura. É preciso ter mecanismos de controle dos processos internos dentro da Secretaria, garantir que casos caracterizadamente de arbitrariedade instituídos a partir do Poder Público tenham acompanhamento rigoroso e que possamos dar uma satisfação à sociedade do compromisso do governo com a punibilidade das situações que saíram do padrão normal, civilizado, que a gente tem que ter. Fizemos, ano passado, um seminário e temos acúmulo de demandas do movimento social e com isso podemos dialogar com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) com elementos concretos, para que esse diálogo não fique apenas restrito à infra-estrutura material, mas que se transforme num instrumento de segurança cidadã como a que se propõe o Pronasci.

Ìrohìn - Como você avalia a rede proposta pelo Fipir (Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial)?

Vanda Sá Barreto - O sentido de criação dessa rede do Fipir é válido e inquestionável. Apenas considero que é uma rede difícil e complexa porque opera com estruturas, em que as pessoas são voláteis. Nesta reunião (*ocorrida nos dias 12 e 13 de fevereiro - II Diálogo com Estados*), somente quatro estados participaram do processo de dois anos. É complicado para fazer a gestão, porque quando se pensa que há um avanço, o gestor muda. Porém, permite ver que hoje os 27 estados já se obrigam a ter uma estrutura de igualdade racial. Mas minha avaliação é que a maioria tem estruturas frágeis e situadas na hierarquia institucional com pouco poder de decisão e autonomia. Vamos falar do mérito e dos limitadores. Essa coisa se repete em nível dos municípios. Só pra falar

da Bahia, dos 417 municípios, temos 14 municípios com alguma estrutura de promoção da igualdade racial. Raras são as prefeituras que dão condições aos gestores de igualdade racial e de políticas para as mulheres.

Ìrohìn - Qual a relação da Sepromi com essas estruturas e com municípios que não têm um organismo de igualdade racial?

Vanda Sá Barreto - Nosso trabalho tem sido procurar dar condições de funcionamento. Temos dificuldade em apoiar materialmente as prefeituras. O último dado que tenho é que 97% das prefeituras estavam inadimplentes, impossibilitadas de receber recursos de qualquer nível de governo. Instituímos, em 2007, o Fórum Municipal para gerar mais proximidade com os municípios. Ano passado, o governador Jaques Wagner promoveu um encontro com prefeitos – a exemplo do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas realizado pelo governo federal. Mais de 100 prefeituras visitaram nosso estande. Registramos quem nos procurou e estamos fazendo um mapeamento para atender essas prefeituras. Temos 45 prefeituras com interesse de integrar o Fórum. Cerca de 60 a 70% dos municípios do estado têm população abaixo de 20 mil habitantes. Nesses espaços, é mais difícil instituir áreas específicas. Priorizamos municípios com maior escala.

Ìrohìn - No Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, você mostrou que a Sepromi tem atuado com comunidades quilombolas. Disse que quando a Sepromi chega a uma comunidade, pelo menos seis secretarias estaduais chegam junto. Como isso acontece?

Vanda Sá Barreto - Dentro da estratégia do Movimento Negro, a gente sabe que comunidades quilombolas são as que mais têm tido possibilidade de avançar. Hoje quase todos os estados têm ação com quilombo. Uma coisa positiva dentro disso: todos estão trabalhando no sentido da regularização das terras devolutas para comunidades quilombolas. Esse é o espaço onde o Estado tem mais autonomia. A questão do Incra (Instituto Nacio-

nal de Colonização e Reforma Agrária) é extremamente séria: a pequenina possibilidade que o Incra tem tido de fazer a delimitação e a regularização fundiária para além das questões legais que estão envolvidas. A gente precisa estar atenta permanentemente de que essa tentativa de derrubada da legislação que trata do reconhecimento das comunidades quilombolas afeta a regularização fundiária. Dentro dessa pauta, nós conseguimos desde 2007 fazer uma articulação com seis secretarias de Estado para a construção dessa política de quilombos.

Ìrohìn - Quais são as seis secretarias?

Vanda Sá Barreto - A Secretaria da Agricultura, que envolve três unidades: CBA, EBA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário) e Superintendência de Agricultura Familiar. Temos a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria da Igualdade, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com Superintendências de Saneamento Básico e de Habitação, Secretaria do Meio Ambiente, através do Instituto de Gestão das Águas. Estamos gradativamente envolvendo outras. A metodologia de intervenção, planejamento e execução das políticas é feita conjuntamente. Vamos à comunidade, trabalhamos as demandas e elaboramos um plano, que é devolvido para a comunidade com a sua estratégia de desenvolvimento.

Ìrohìn - Esse é um modelo 100% estadual?

Vanda Sá Barreto - Não existe esse modelo em outro lugar. Todo mundo está procurando dialogar e a gente já conseguiu ter isso efetivamente construído. Fizemos 45 planos, dos quais 10 estão em execução. É pactuação com cada secretaria, para fazer. Temos mais 35 em fase final para fechamento das propostas.

Ìrohìn - É uma estratégia diferenciada. Como ela se desdobra?

Vanda Sá Barreto - A gente cola muito nos grandes projetos de políticas públicas que estão disponíveis. E nós colamos no PAC Quilombola (*Agenda Social Quilombola, lançada em novembro de 2007 pelo governo federal*). A gente diz: onde o PAC (Programa de Aceleração do Cresci-

mento) vai, a gente vai atrás. Se chegamos numa comunidade em que se resolve um problema de saneamento básico, água de qualidade na torneira e sanitário, é avanço na qualidade de vida da população. De 2007 pra cá, 47 comunidades quilombolas estão garantidas pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde) para saneamento básico. Sete em 2007, 40 no ano de 2008 com projetos aprovados, recursos empenhados em fase de execução pela Funasa. Em 2008, R\$ 37 a 39 milhões estiveram disponíveis para comunidades quilombolas. A Bahia pegou R\$ 20 milhões. Foi uma estratégia de governo porque nesse processo estamos dialogando com todas as instâncias do PAC na Bahia. O governo criou um comitê para gerir o PAC e na questão quilombola a Sepromi é a interlocução principal, inclusive para o Territórios da Cidadania. Fazemos parte do Comitê Gestor de Água para Todos e estamos numa sala de situação do PAC Quilombola, em que toda a semana

o governo coloca os órgãos envolvidos para agilizar os processos. Se não estivermos atentas, perdemos as oportunidades.

Ìrohìn - Quais as prioridades para 2009?

Vanda Sá Barreto - Este ano o nosso grande desafio é o reforço ao controle social dos nossos programas. Diante do que a gente precisa ainda é pouco. Houve um diálogo com o CDCN (Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra) para instituir rotinas e procedimentos. Essa conferência vai ser um grande teste de construção conjunta. O CDCN é quem puxa as ações, as demandas e as construções que a



sociedade civil de seja. Em quilombos, queremos construir estruturas de controle social para que as comunidades avaliem esses planos e processos.

Ìrohìn - E o povo de axé?

Vanda Sá Barreto - Estamos com dois projetos de mapeamento dos terreiros do Recôncavo e Baixo-Sul da Bahia, regiões que envolvem dezenas de municípios. Temos uma interlocução com o governo federal em relação às melhorias de condições de terreiros tombados pelo Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São seis ou sete no Brasil, cinco na Bahia. Não temos linha própria de

intervenção, mas fazemos essa interlocução. E apoio pontual em atos de manifestação contra a intolerância religiosa.

Ìrohìn - Agora uma pergunta para Vanda militante. Como você vê a eleição de Barack Obama?

Vanda Sá Barreto - Obama já gerou, e vai continuar gerando durante muito tempo, independente de sua performance como presidente dos Estados Unidos, um sentimento de esperança e mudança. Dá mais cor e contribui em todo o mundo para a redução da intolerância, da xenofobia, e traz ainda a bandeira das mulheres. Ele trouxe à cena segmentos invisibilizados e subjugados por determinados estratos da sociedade. O fato de o discurso dele vir de outra matriz oportuniza mudanças para outros países e sociedades. Sou muito otimista.

**Mestranda em Comunicação (UnB).*

Entrevista com Vovô do Ilê Aiyê

“A luta aqui é muito desigual”

No dia 14 de junho de 2008, há cerca de oito meses, o jornal Ìrohìn conversou com Vovô (Antônio Carlos dos Santos), na sede do Ilê Aiyê no Curuzu, bem no dia em que ele fazia aniversário, cercado pelo carinho da família que, segundo Vovô, faz todo o diferencial do bloco. Vovô falou da trajetória vitoriosa do Ilê, desde os primeiros passos, em 1974, até as dificuldades financeiras e políticas dos dias atuais. Para o presidente do Ilê, a questão racial, o racismo, está no centro dos problemas que entravam o carnaval baiano e ameaçam a continuidade dos blocos afros.

Ìrohìn - Vovô, hoje é seu aniversário, quantos anos?

Vovô - Eu faço 56 anos. Começando com muita festa, minha família sempre gostou de celebração.

Ìrohìn - Você se chama Antônio por conta do santo?

Vovô - Sim, a previsão era para eu ter nascido no dia 13, mas nasci às 14 horas do dia 14 de junho de 1952.

Ìrohìn - Cinquenta e seis é um bom marco para um balanço de tra-

jetória, uma avaliação de seu esforço e de seus companheiros na construção de uma instituição com a importância e o alcance do Ilê Aiyê.

Vovô - Sim, o saldo dessa trajetória é muito positivo. Aqui na Liberdade nós sempre tivemos um olhar voltado para a temática racial. Na época de estudante, no primário, no ginásio, eu estudava no Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Escola Parque. A maioria dos meninos era negra, mas tinham uns meninos brancos lá e observávamos que as professoras

tinham preferência pelos meninos mais branquinhos. Mas nós estávamos sempre juntos, tinha um contingente muito forte aqui na Liberdade que estudava lá (incluindo Apolônio, Vandinho, Didi, Dete). E começamos, juntos, a participar das festas. Na festa junina, por exemplo, éramos um grupo junino, todo mundo fazia roupa igual, todo mundo juntava seu dinheiro com a família e normalmente minha mãe cedia o baracão onde aconteciam as cerimônias religiosas do terreiro pra gen-

te fazer as festas juninas lá, e para preparar o carnaval também.

Ìrohìn - Você diria que essa foi a semente...

Vovô - Foi, sim, e isso tudo ajudava a trazer gente de outros bairros. Aos 14 anos eu organizava passeios e excursões com 10, 15 ônibus. E as pessoas, os pais, acreditavam em mim. Esse menino da novela que está fazendo papel de bêbado (Fabrício de Oliveira) é filho de uns amigos meus dessa época. Quando organizávamos os passeios,

eu, Jaguaraci (irmão de Bira, que é o pai de Fabrício), Apolônio entrou depois – tinha uma professora de história também que participava com a gente porque nós éramos menores de idade, precisávamos de responsáveis para nos acompanhar e nos ajudar a alugar os ônibus.

Ìrohìn- Aonde vocês iam nessas excursões?

Vovô – Iamos ao litoral norte, um bocado de chão, queríamos conhecer Arembepe, Itacimirim, Guarajuba, lugares ainda pouco habitados na época. Foi a partir daí que nós começamos a criar frases e slogans para esses passeios, para colocar nos convites e panfletos. Um dia, escolhemos escrever “Passeio da Zorra”. O pessoal que ia na excursão gostou e aí adotamos como uma marca nossa. Em todos os passeios nosso slogan estava lá: “A Zorra ataca novamente”. Era como se fôssemos uma empresa. Aos sábados e domingos todos se concentravam aqui no Curuzu, para preparar o passeio, comprar frango assado, essas coisas. A gente tinha grupos de pessoas que trabalhavam pra gente. Tinha uma menina que trabalhava comigo no hospital e levava 20, 30 pessoas que vinham lá do bairro do Uruguai. Ela trazia um ônibus cheio de gente de lá. Isso tudo por volta de 1965, 66, 67.

Ìrohín – E, além das excursões, o que mais vocês organizavam?

Vovô – Aqui na Liberdade tinha muita festa. Ontem eu estava falando que nessa casa do lado da sede do Ilê (onde mora Tereza) tinha um grande Santo Antônio, ela vendia comida no Retiro e conhecia muita gente. As festas juninas e a reza de Santo Antônio aqui no bairro eram muito concorridas. Ali, em frente à sede do Ilê, morava Faustina. A mãe dela fazia também um grande caruru. Festa de São João, São Pedro, de Maria, tinha muita festa aqui no Curuzu. Não sei como, mas aqui sempre chegavam informações da música negra americana. Então, na época do Brown, todos nós aqui usávamos cabelo black, calça boca de sino, quem tinha condição toda semana fazia uma roupa. Havia ainda as festas dos estudantes da escola técnica federal, bailes de

formatura no Clube Português, muito concorridos, com paletó essa coisa toda. Tínhamos que juntar dinheiro pra comprar paletó. Tinha um time aqui no Curuzu chamado Vitorinha – todo mundo se reunia lá em casa, no barracão. Tinha campeonato de botão de mesa, e era tudo no barracão que acontecia.

está aqui no meio da gente. O Ilê quando começou não tinha dinheiro pra alugar carro pra viajar e a gente ia de caminhão pro aeroporto, às vezes chovendo, os caras do Olodum faziam a maior gozação porque iam de carro e a gente de caminhão rasga-bunda, com seu Rodovalho. Hoje o filho dele trabalha com transporte também e estão



Ìrohìn - O barracão funcionava também como centro cultural, recreativo?

Vovô – É, porque depois do carnaval virava atelier de costura. E o Vitorinha era time de preto do Curuzu. Os únicos brancos aqui eram Léo, que jogava muita bola, não tinha como tirar porque ele era da turma; e Joãozinho, que era filho do Seu Rodovalho. E Joãozinho nunca aceitou ser branco, até hoje

no meio da gente. E o Joãozinho não aceitava ser branco e namorava com menina negra. E essas festas aqui na Liberdade fortaleciam muito essas coisas, essas discussões.

Ìrohìn- E como é que isso vai afunilando pro Ilê Aiyê?

Vovô – Já tinha essa turma das festas e começamos a discutir a questão de se fazer um bloco aqui na Liberdade. Queriam fazer um

bloco de índio na nossa turma, até pensamos em fazer um bloco chamado “Os brutos também amam”. Mas a gente ficava olhando essa coisa do carnaval, porque aqui tinha uma senhora chamada tia Deja, tia de Jorge Washinton, que hoje é ator do Bando de Teatro Olodum, e essa família nos visitava muito porque essa senhora era também madrinha de Vivaldo, meu irmão. Ela morava no bairro do Taboão. No carnaval, minha mãe, meus irmãos (Dete e Vivaldo), íamos todos para a casa dela passar os dias de carnaval no Taboão. E dali subíamos pelo Pelourinho para as ruas do centro da cidade, para ver o Filhos de Gandhi, ver Os Internacionais, ver Os Corujas, clubes, como o Fantoques da Euterpe, que desfilavam também, as escolas de samba, o Cavaleiros de Bagdá, esse era o carnaval na Praça da Sé. E se observava que muitos blocos não tinham negros. Os negros ficavam tocando, os blocos eram de bateria, das escolas de samba, e tinham tradição e alegoria. E só tinha negão ou carregando alegoria, ou tocando. Não tinha corda.

Tinham outros blocos também na Liberdade, Deixa Disso, A Bomba da Liberdade, meu avô, pai de mãe, era um dos diretores de um Afoxé chamado “Africano Ideal” – a gente ficava olhando isso e dia de domingo a gente saía e ia fazer samba – a gente ia pra Itapuã, depois ia pra Abaeté, e num domingo desses, chegando de Itapuã, paramos no Largo do Curuzu, eu e Apolônio, e conversamos sobre essa coisa de negro, do carnaval, e veio a idéia de fazer um bloco só de negão. Isso foi em outubro de 74. Aí eu falei em bloco afro – a gente começou a se empolgar, falei com mãe (Mãe Hilda), mãe achou boa idéia, no outro dia falei com Apolônio e segunda-feira começamos a correria. Eu trabalhava na Esab, minha tia Moçazinha é que arrumou esse trabalho na calçada, era uma distribuidora de solda elétrica, depois virou filial e eu trabalhava lá e comecei a empolgar, a conversar com o pessoal. Os primeiros grampeadores, furadores, essas coisas, eu trouxe de lá – e aí começamos a procurar um nome e a falar com as pessoas, falei com Dete e com Vivaldo e começamos a pen-

ÌROHÌN - Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

sar em formar a diretoria. Chamamos Macalé, que eu tinha conhecido por essa época. Ademário é que andava comigo, mas não foi muito na idéia. Liu topou, Jailson também, César Maravilha foi o primeiro cantor.

Ìrohín - E o nome, como surgiu?

Vovô - Um cara chamado Radovan, um belga que morava aqui, esse cara tinha ido na África e tinha muito material de África na casa dele. Ele me emprestou uma gramática de yorubá e nós escolhemos o nome. Na verdade, eu queria muito o nome "O poder negro". Eu comecei a insistir nisso, mas não encontramos nada similar na gramática. Aí escolhemos cinco nomes: o Obadu (que era rei negro); Daradurazu (negro forte); Ilê Aiyê e outros nomes que agora não lembro. Mas eu com o papel dos nomes e significados em português na mão ia vendo que as pessoas só escolhiam Ilê Aiyê e eu não queria Ilê Aiyê. Eu peguei o papel e virei, só fiquei com Uruva - e as pessoas continuaram Ilê Aiyê. Então o resultado ficou esse. Para felicidade nossa, um nome que tinha realmente a ver. Começamos a ver o negócio da documentação, estatuto, fomos procurar Sr. Arquimedes, um vizinho que era policial, que nos orientou pra não botarmos o nome de "Poder negro", mas no primeiro ano de carnaval nós saímos com placa falando em poder negro.

Ìrohín - E houve medo de alguma repressão?

Vovô - Muitas pessoas que nós convidamos pra estar no Ilê, não toparam. Ficaram com receio por causa da ditadura e começaram a circular muitos comentários, até o papo de que fui barrado no Bloco Internacionais, mas não houve isso. Isso aconteceu com outra pessoa, lá no Bloco Internacionais, que então disse 'não vou sair aqui, mas vou sair no bloco do Curuzu, onde só sai negão'. Atribuíram a mim, mas foi Apolônio que tinha sido barrado antes. Nós saímos com uma média de 100 pessoas. Mãe começou a sair também porque existia uma conversa de ameaça de prisão, e mãe falou 'se meu filho for preso, eu também vou'. Mãe fez uma

bata e saiu junto com a gente. Na hora do bloco sair, faltou energia elétrica na rua, Apolônio quase que deu um ataque do coração, começou a passar mal. Ficou tudo escuro, nós subimos para a avenida e desfilamos. Contratamos um fusca, para acompanhar o desfile, mas na hora o dono foi embora porque tinha compromisso com outros blocos. Desfilamos no chão. Mas muita família não deixou que os filhos viessem participar no Ilê Aiyê. Até o terceiro ano, nós desfilamos com aqueles caminhões da polícia militar nos acompanhando.

so africano". Eu me lembro de que aquele cara estava vestido de Internacionais, e começaram a incomodar com comentários na cidade. Teve um episódio também na quadra do Cacique e na região do Garcia, na Legião Hebert de Castro. Estava lá o jornalista Moacir Nery, com um microfone, perguntando se era um bloco ou se era um protesto. Nós respondemos, começou um bate-boca, mas sempre incomodou muito isso.

Ìrohín - O que o Ilê contribuiu para mudar no carnaval da Bahia?



Ìrohín - Você falou de duas pessoas brancas, elas não quiseram sair no bloco no primeiro ano?

Vovô - Não. Joãozinho entendeu, Radovan nunca quis não. Nós sempre fomos muito firmes nessa posição. Enfrentamos muitos problemas, no início foi brabo. No primeiro ano do Ilê nós desfilamos no sábado e no domingo - a gente foi passando pela Praça da Sé, um cara olhou pra gente assim e disse: "fal-

Vovô - Com o surgimento do Ilê muita coisa mudou. O carnaval antes do Ilê Aiyê era muito voltado pro frevo pernambucano. Até as músicas na época compostas por Moraes Moreira, Caetano Veloso, eram mais no ritmo do frevo. Com o surgimento do Ilê Aiyê, o carnaval da Bahia ficou mais cadenciado e logo depois começaram a surgir outros blocos. Apesar de nossa música não ser muito executada aqui, deu uma cadenciada no carnaval. As coisas começaram a ficar mais definidas, mais coloridas, menos violentas.

Ìrohín - E a primeira fantasia?

Vovô - No primeiro desfile nós não tínhamos, não criamos, não tinha nem tema. Compramos um pano aqui na Liberdade, as mulheres iam com a mesma estamparia, um colorido mais azulado e os homens, de marrom. No segundo ano, subindo aqui o Curuzu, Fazinho, um vizinho de uma família que morava aqui em cima, entregou pra gente uma fotografia de um guerreiro

Watusi e foi uma das roupas mais trabalhosas e trabalhadas que nós tivemos. A roupa do terceiro ano foi a que começou a ter tema. O guerreiro usa uma coisa na cabeça, uma cabeleira em palha, enfeites nos braços e pernas, uma roupa muito trabalhada. E feita aqui por Dete. Neste ano, 1976, nós escolhemos o tema, Alto-Volta, um país africano. Na época quem pintava a roupa era um cara que não tinha um braço - ele trabalhava com serigrafia, lembro que ele morava no bairro de Plataforma, não lembro o nome dele. A fantasia foi feita por ele duas vezes.

Ìrohín - Você falou em serigrafia, já era a máscara que era a marca?

Vovô - Não, essa máscara foi de 78, quando J. Cunha começou a trabalhar no Ilê Aiyê. Ele criou e depois nós a adotamos como marca do Ilê. Eu estava vendo outro dia as pinturas do Bloco Timbalada. O Ilê no segundo ano já saiu com isso. Uma mulher sugeriu fazer umas pinturas no rosto e muita gente desfilou assim. O surgimento do Ilê foi um despertar muito forte. Esse sentimento de negritude guardada, você fica impressionado com as coisas que os caras escreviam falando de amor. Em 76, a gente já falava de Zumbi de forma positiva, saudando o Quilombo dos Palmares. Quem fez a música foi Evilásio, que antes fazia música para o Bloco Apaches, e mais outro menino que mora em São Paulo. Com o surgimento do Ilê ele fez essa música falando de Zumbi, mas de Zumbi como herói, como guerreiro e não como assombração, isso em 76. A gente estava falando há pouco da estátua de Zumbi e de como se esquece a história - a luta não é minha, a luta é nossa. Mas você vê as coisas que as pessoas escrevem.

Ìrohín - O Ilê terminou propiciando oportunidades para que muitos talentos se revelassem.

Vovô - O pessoal não tinha pra onde canalizar essa energia, então a partir do carnaval as mulheres surgem com cabelo trançado, conquistam espaço para usar seus torços. Aqui na Liberdade - o centro da negrada, muita gente espichava o cabelo, 'tava cheio de pla-

cas na ruas escrito "alisa-se cabelo". O pessoal queria espichar o cabelo. Uma das primeiras a tratar disso aqui foi Ana Meire, que também era diretora do Ilê Aiyê. A primeira a ver essa coisa de cabelo trançado.

Ìrohìn - Quando o Ilê começa a construir seu projeto de educação?

Vovô - Foi a partir de 90. Mãe resolveu fazer a escola, que começou a funcionar lá no barracão. Tudo começou no barracão. E foi nessa época que tivemos o contato com a Fundação Odebrecht. Resolveram apoiar a escola e foi daí que surgiu também a Banda Erê. Foi quando o percussionista, Mestre Senac, tinha feito a negociação com Vera Lacerda e saído do Araketu. Eu conversei com o velho Senac para trazer ele para o Ilê e fomos os primeiros a trabalhar com as crianças. Só tinha percussão, entre 1992 e 1995, e depois nós tiramos o PEP (projeto de extensão pedagógica) - e já ampliou com aulas de cidadania, outras atividades. Começamos com Arani Santana, Black, Jônatas Conceição, com Jaime Sodré, com Lurdinha Siqueira, Ana Célia da Silva, montamos um setor pedagógico e começamos a trabalhar com as escolas aqui da Liberdade. A primeira foi o Colégio Estadual Duque de Caxias, o Colégio Municipal Abrigo dos Filhos do Povo, essas escolas mais próximas. Depois, começamos o contato com o governo municipal através da SETRAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social) pra abrir cursos profissionalizantes. À noite funciona o pré-vestibular.

Ìrohìn - Nesses projetos de educação que o Ilê mantém existem alunos de todas as cores?

Vovô - Sim. Aqui tem uma colônia muito grande de cearenses, branquinhos, mas eles vêm aqui, estudam aqui, normal, participam de tudo, dançam, tocam, cantam, a gente não fecha pra nenhum. Aqui temos um rapaz, Pato Rouco, foi formado aqui, é um músico excelente, mas ele tem pele mais clara, não tem como barrar o cara, ele trabalha aqui, é educador, mora aqui, foi da primeira turma da Banda Erê. A escola amanhã está fazendo 20 anos. As crianças que participam aqui já crescem pensando diferente.

Ìrohìn - E a noite da beleza negra e a escolha da deusa do Ébano?

Vovô - Sempre houve a noite da beleza negra, desde o primeiro ano do Ilê Aiyê. Lá na senzala - esse lugar era uma quadra que alguém jogou o asfalto lá e ficou. Veio alguém e chamou de senzala do barro preto. Um compositor também botou essa expressão numa música (acho que foi César Maravilha) e nós aproveitamos e adotamos também esse nome de senzala, que na nossa concepção é outra forma de senzala. Aí se criou o concurso da beleza negra, para escolher a rainha do bloco. A mesma coisa era o festival de música, sempre teve festival de música do Ilê. Tinha música tema e tinha música de quadra, que chamamos samba de quadra, e que depois começamos a chamar música-poesia, que não fala de branco, nem bem, nem mal, só fala de negro, tudo que nós sempre ouvimos de negativo, essa música manda de volta de forma positiva. O negro é cheiroso, a



negra é maravilhosa, e fala também do amor entre o homem e a mulher negra. Eu chamo de música afro-romântica. Não toca na rádio, mas o cara fica ouvindo todo dia e isso tem um efeito. Nós fizemos a festa no Clube do Ipiranga, no bairro de Vila Canária. Édino, um negão que deu uma revolucionada em matéria de som aqui, ajudou. Fizemos a votação e escolhemos Sandra como rainha e que hoje é como se fosse a rainha símbolo, ela é uma referência de dança.

Ìrohìn - Ela foi a primeira?

Vovô - Não, a primeira foi Mirinha. No primeiro ano não teve concurso, armamos um tablado, improvisamos, e Mirinha vinha desfilando como Rainha. No segundo ano fizemos o concurso. Em 1980, Sérgio Roberto dos Santos sugeriu que a escolha da rainha do bloco fosse chamada de "noite da beleza negra", foi uma grande sacada e virou referência de concurso de beleza, porque os critérios eram outros.



Desfilar de biquíni, não tinha nada disso, tinha a informação, cultura negra, a relação dela com a religião e com a dança.

Ìrohìn - No começo de tudo, você e Apolônio conversaram e você foi, em seguida, falar com sua mãe. Você continua indo falar com ela antes de tomar decisões?

Vovô - Continuo. Pai conversava comigo e tudo, mas mãe sempre conversou mais, sempre foi mais colada com a gente, se preocupava

mais com as coisas, orientava mais nessa questão racial. Bateu sempre nessa coisa de estudar, que vida de negro é mais difícil, sempre tem que ser 10, tem que ter sempre um ponto na frente. Eu costumo dizer que o Ilê tem um diferencial. Essa coisa da família é muito importante.

Ìrohìn - O que seus pais faziam quando chegaram aqui?

Vovô - Chegaram aqui no Curuzu na década de 30. Mãe trabalhava num trapiche, pai era subgerente do trapiche, tinha uma letra muito bonita, fazia folha de pagamento, em matemática ele era muito bom. Mãe usava chapéu, era uma mulher muito bonita. Depois o trapiche faliu. Meu avô Jorge era estivador, mas não tinha mais idade; meu pai também não dava mais pra ser estivador, por causa da idade. Aí o pai foi trabalhar na prefeitura. De subgerente do trapiche foi ser varredor de rua. Como ele tinha instrução, foi promovido a fiscal. E mãe vendia comida na rua do Fiais, próximo a uma fábrica no bairro do Largo do Tanque. Minha tia Moçazinha, mãe de Mirinha, que foi a primeira rainha, também vendia comida na frente da fábrica Luso-brasileiro, aqui próximo, no bairro do Retiro. Essa coisa da família é muito forte. Você vê que tem brigas e tudo, mas tem essa coisa do comando, de respeitar, de ficar todo mundo junto e de obedecer. Por isso que eu não estudei pra ser negro, eu sou negro porque nasci numa família negra e sinto orgulho disso. Quando você tem uma base de família é diferente.

Ìrohìn - Nos anos 70, quando o Ilê foi criado, os caminhos do futuro não estavam muito claros. No começo foram muitas surpresas e muitas experiências. O bloco afro é quase uma tecnologia de como fazer intervenção na comunidade, de como desenvolver uma proposta de trabalho. Pra integração de pessoas negras e pessoas brancas, de pensar uma nova estética, auto-estima, reparação, o bloco afro acaba sendo tudo isso. Mas e o futuro do bloco afro, o que você acha? São poucos, os blocos criados nos anos 70 são sólidos, os outros que vieram depois, alguns não resistiram. Qual o futuro do bloco afro?

Vovô - O futuro é nosso, com certeza. Tomara! É complicada essa coisa do bloco afro, do bloco no carnaval, está muito complicado. Poucos vão sobreviver porque a sobrevivência esta ligada à tecnologia e ao profissionalismo. Então você pra fazer carnaval não é mais aquela turma, gente jovem que se reunia aqui pra brincar o carnaval romântico, todo mundo sem dinheiro, tomando ônibus, saltando pela traseira. Hoje é pra quem tem competência, pra quem está estruturado. Porque você está disputando espaço com artistas, não é à-toa que tem todo ano essa discussão de quem vai passar nesse ou naquele horário de desfile. É o horário de televisão. Como a coisa tá braba, muitos não estão estruturados para as cobranças que o mercado faz, que o governo faz. Os caras dão muito pouco, eles dão com uma mão e tomam com a outra. Quando você vai pagar o ISS do carnaval, as taxas de uso do solo, esse dinheiro volta tudo pra eles. Como organização, também tem uma história que tá muito complicada. O problema não é só de competência, de estruturação. Tem muitos blocos aí pequenos, mas que são organizados, estruturados, documentação toda em cima, mas aqui na Bahia o racismo é muito forte. Aqui você está no sistema capitalista, mas são racistas. Eles deixam até de ganhar dinheiro, mas querem é acabar com a gente. Então vai ter que superar a questão racial pra depois entrar na empresarial do carnaval ou a própria organização. A luta aqui é muito desigual. Nós estreitamos o Fórum com esse objetivo de buscar o fortalecimento— mas sempre tem alguém querendo achar uma brecha pra tentar acabar. Para muita gente isso aqui, o que somos, não era pra ser feito aqui na Liberdade. Lembro quando a gente batalhava para construir esta sede aqui, eu andava sempre com o projeto na mão e batia em várias portas tentando negociar o projeto a gente não. As pessoas diziam não. E assim: "É muito dinheiro que vocês querem". Achavam que 3 ou 4 milhões na mão da negra era um perigo. Na mão do branco é normal.

Ìrohìn - Vale a gente dizer para o leitor do Irohìn: a sede do Ilê é o único prédio que tem elevador no

bairro que possui a maior concentração de negros na América Latina. Há grandes prédios públicos, grandes centros de saúde, centro social urbano. Nenhum prédio público tem a estrutura que o Ilê tem hoje. Mas você está falando do carnaval, hoje o bloco afro, o carnaval, é visto como evento gerador de fluxo turístico e que pode captar recursos para a cidade e para o estado como um todo. Nós sabemos que o Ilê é um dos atrativos do carnaval e do turismo. As pessoas vêm ver o que não tem em outros lugares e o bloco afro é uma coisa única, singular aqui da cidade. Como você vê essa relação? Você acha que essa relação é justa?

Vovô - Não. É muito perversa. Antes as pessoas quando vinham à Bahia o que se vendia a elas era a capoeira, as baianas do acarajé, a mulher negra. Hoje, no carnaval, eles vendem a imagem do bloco afro. Mas eles continuam achando que é absur-



do, que não pode passar dinheiro, que não pode existir, que os blocos afros não devem apoiar, que todo mundo está rico. Em compensação, pra bloco de trio, eles não dão o dinheiro na mão, mas fazem de tudo pra canalizar pra lá. Agora mesmo nós tivemos um apoio (não vou citar o nome do banco), mas um grande banco apoiou o carnaval na Bahia — os blocos afros —, mas como viram que iam investir pesado nos blocos afros, os caras foram aconselhados para que o dinheiro fosse rateado com os blocos de trio, com os camarotes. No final ficou só um pedacinho pros blocos afros.

Ìrohìn - Você é um grande analista do carnaval, até porque faz parte de um processo de mudança e sa-

bemos que você tem alternativas pra isso. Já disse que não pensa em se candidatar, mas você não pensa em ser um gestor? Você não pensa em ser um secretário de cultura, ou talvez secretário de turismo, ou coordenador do carnaval, que é uma função importante e pode ajudar a determinar os caminhos da organização da festa?

Vovô - Já fui coordenador do carnaval de Salvador. É um cargo muito importante (foi em 96). Foi uma

didato, mas o Ilê não pode apoiar?

Vovô - Pode sim, não tem que ser necessariamente daqui de dentro do Ilê. Se tem um nome que é interessante eu boto a minha cara com a maior tranquilidade. Estou acreditando muito no efeito Obama. Eu acho que vai dar uma mexida muito forte aqui no Brasil, principalmente as pessoas esperam que esse grito parta da Bahia. Aqui, com certeza, se a gente souber trabalhar essa coisa direito. Há 8 anos atrás, disse uma vez na Belezza Negra: eu quero ela. O pessoal ficou sem saber o que era. Eu quero essa prefeitura. A minha previsão é que faríamos um prefeito negro. Mas continuo querendo. Acho que não vai demorar a gente conseguir eleger um prefeito ou governador, ou até um presidente da República negro. Acho que depois da vitória de Obama essas coisas vão começar a mudar aqui no Brasil.

Ìrohìn - Você quer dizer mais alguma coisa para encerrarmos?

Vovô - Eu falo sempre dessa dificuldade que nós enfrentamos em todo o país de participação de dinheiro, de patrocínio. Temos uma organização como essa aqui e você está sempre tendo que provar que você não é vilão. Tem aquela música: "o negro sempre é vilão até provar que não". Tem sempre que provar — está tudo muito bem, mas na hora da divisão, do apoio, continuam achando que somos marginais. Essa nossa terra é muito difícil.

Ìrohìn -E o horizonte, aonde o Ilê quer chegar?

Vovô - Nosso objetivo é superar essa desigualdade. Se o Ilê continuar sendo um bloco fechado pra negros, o pessoal fala muito que eu sou racista, que sou radical, que não abro mão. Mas não é fácil, porque no carnaval todo mundo quer estar junto nessa de democracia e quarta-feira de cinzas, o que acontece? Na quarta-feira de cinzas, a polícia continua invadindo a casa da gente, continua existindo a mesma falta de oportunidades, as pessoas com medo de entrar no elevador, com medo de você, e você no carnaval tem que ter essa diferenciação.

***Participaram da conversa com Vovô: Cláudia Santos, Valéria Lima e Edson Cardoso.**

Ìrohìn - Você fala que o Ilê não tem candidato, que você não é can-

Prefeito de Suzano destaca-se no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas

Evento organizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu cerca de 10 mil pessoas na primeira quinzena de fevereiro, em Brasília

Por Isabel Clavelin*

Com 39 anos, Marcelo de Souza Candido é um político negro jovem e com uma trajetória política consolidada. Está no segundo mandato como prefeito de Suzano – município localizado na região Metropolitana de São Paulo distante a 45km da capital. Foi reeleito em 2008 com 72.234 votos. Administra um orçamento anual de R\$ 300 milhões e cerca de 300 mil habitantes.

Nascido em Marília (SP), Marcelo Candido chegou à cidade, que hoje comanda, na infância, em decorrência da migração da família. O pai, o deputado estadual José Candido (PT-SP), à época fora atraído ao município para trabalhar na indústria metalúrgica. O prefeito iniciou sua atuação política na adolescência, quando ajudou a organizar o grêmio estudantil na escola estadual Geraldo Justiniano. Ligou-se às Ceb's (Comunidades Eclesiais de Base) e pastorais sociais da Igreja Católica. Foi membro do Centro Acadêmico dos estudantes de Geografia da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Rio Claro (SP), do Núcleo Sociocultural Negro Sim e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Está filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores) desde 1990.

Marcelo Candido começou sua vida profissional como contínuo na Câmara Municipal de Suzano, onde ingressou por meio da Guarda Mirim. De 1993 a 1996 concluiu os estudos de Geografia na Unesp (Universidade Estadual Paulista) e especializou-se em Planejamento Urbano na UnB (Universidade de Brasília). Retornou a Suzano em 1998, e no ano de 2000, disputou sua primeira eleição para

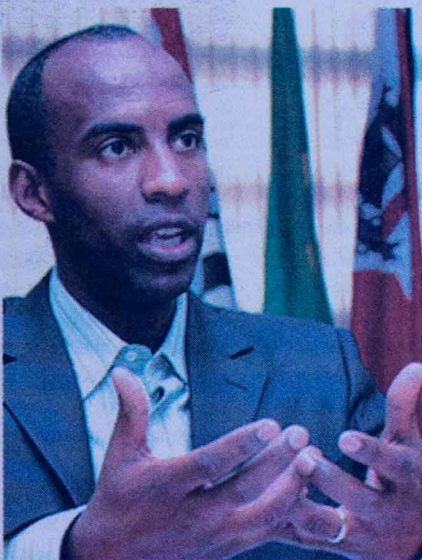
prefeito no ano de 2000, conquistando 40.057 votos – apenas cerca de 2 mil votos a menos que o primeiro colocado. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual pela região do Alto Tietê, sendo o mais votado à época, com 65.611 votos. Em 2004, ao concorrer pela segunda vez à prefeitura, alcançou a vitória com 60.830 votos. É casado e tem uma filha.

Ìrohìn conversou com o prefeito Marcelo Candido no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, organizado pela Presidência da República, nos dias 10 e 11 de fevereiro, em Brasília. O evento, idealizado pelo presidente Lula, reuniu mais de 10 mil

pessoas, entre prefeitos e prefeitas, secretários e assessores municipais. O prefeito de Suzano foi convidado para participar da mesa "Enfrentamento à violência contra a mulher e ações afirmativas na promoção da igualdade étnicorracial e de gênero, visando a defesa dos direitos humanos", que teve as participações da ministra Nilcéa Freire (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e dos ministros Edson Santos (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e Paulo Vannuchi (Secretaria Especial dos Direitos Humanos).

Ìrohìn - Qual o balanço da sua gestão e o impacto das políticas municipais para a população negra?

Marcelo Candido - Todas as políticas públicas executadas pelo município e que garantem a melhoria da qualidade de vida da população de Suzano, com certeza, também mudam a vida da população negra.



Tivemos a atitude política de cuidar principalmente das áreas periféricas do município, garantir a infraestrutura urbana, saneamento básico e ambiental, implementando políticas sociais em parceria com o governo federal e organizações sociais locais que promovam a cidadania. Incentivamos também o resgate de valores

por meio de políticas culturais que possibilitam o protagonismo da diversidade de expressões materiais e imateriais existentes no município. Na área da saúde, ampliamos e melhoramos a qualidade dos serviços, oferecendo também atendimento de média complexidade. A realização do Orçamento Participativo representou um instrumento de democratização da cidade e de participação popular, além da criação dos vários conselhos, entre municipais, escolares e da saúde. Todas as inúmeras ações da nossa primeira gestão tinham, e conti-

nuam tendo neste segundo mandato, o princípio da igualdade de direitos, de reconstruir o município e consolidar uma Suzano em que toda pessoa tenha uma vida digna e a garantia de sua cidadania.

Ìrohìn - No Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, o senhor falou da ação do racismo no ambiente escolar, sobretudo as formas de incidência na autoestima e no desempenho escolar das crianças negras. Como a prefeitura tem atuado para enfrentar o racismo no município e que políticas estão sendo desenvolvidas para as crianças e a juventude negra?

Marcelo Candido - A qualificação para as/os profissionais da área de Educação, com o enfoque nas categorias de raça, etnia e gênero, educação na diversidade e educação inclusiva, é garantida anualmente dentro de uma política de melhoria da qualidade do ensino e de formação continuada. Os projetos desenvolvidos pela comunidade escolar, como mostra cultural, semanas específicas –entre elas da mulher, da igualdade racial e da diversidade cultural –, e o incentivo à participação nas ações promovidas pela Secretaria de Cultura, como a premiada Roda de Todos os Santos, constituem-se instrumentos de enfrentamento de forma propositiva, favorecendo o conhecimento da história local e o resgate da autoestima. Outro elemento importante são os materiais de comunicação produzidos pela Prefeitura, que trabalham com a diversidade e de forma inclusiva, portanto, garantindo a presença da população negra.

Ìrohìn - O combate à violência

contra a mulher foi assumido pela sua gestão a partir da adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Que outras ações a prefeitura traça para as mulheres e como elas atingem as mulheres negras?

Marcelo Candido - As coordenadorias da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude, responsáveis por garantir a implementação e o monitoramento das políticas de ações afirmativas de raça, etnia e gênero no interior da gestão municipal, certamente são um salto de qualidade no aprofundamento das ações já realizadas e estão sendo introduzidas nesta gestão. Esses organismos qualificam o nosso diálogo no governo com as entidades e os respectivos movimentos de mulheres e negros, favorecendo uma gestão democrática. Entre alguns compromissos assumidos para esta gestão ressalto a

Casa de Cultura Afro de Suzano, a implementação de sistema municipal de indicadores na gestão pública, com o quesito gênero e raça, dar continuidade ao processo de formação e capacitação dos gestores e funcionários públicos municipais nos temas gênero, raça e etnia, garantindo a promoção da igualdade, fortalecimento e expansão das políticas que entendemos como exitosas na primeira gestão.

Irohìn - Que perspectivas o senhor vislumbra para a incorporação da questão racial na gestão pública municipal?

Marcelo Candido - As relações sociais de raça e gênero estão no nosso cotidiano com tudo que há de bom, mas também seus conflitos que, por sua vez, são históricos e culturais. O desafio e o avanço da gestão pública estão em atuar na complexidade das relações humanas

garantindo a cidadania e a igualdade de direitos, respeitando a diferença existente entre a população negra. Para isso, é necessário ter vontade política e criar estratégias, metas e produzir resultados a curto, médio e longo prazos. A sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais, historicamente vivencia experiências que produziram bons resultados na prática de ações afirmativas, que respondem ao desafio da igualdade, do enfrentamento à violência, do resgate da autoestima, do desenvolvimento econômico e sustentável, entre outros que estão intimamente ligados ao tema de gênero, raça e etnia. Cabe aos gestores dialogar com o que já existe e fazer as devidas adaptações e recriações.

Irohìn - Como senhor percebe a participação negra nos espaços de poder e decisão nas esferas federal,

estadual e municipal?

Marcelo Candido - No Brasil, vamos avançando na garantia de uma participação mais equitativa de pessoas que são referência para a população negra em todas estas esferas. Os sinais desta participação estão no Supremo Tribunal Federal, na criação, pelo governo Lula, da Secretaria Especial da Igualdade Racial, nas pessoas negras que passaram a participar do governo como ministros e ministras. Esta atitude tem seus reflexos na forma de olhar e perceber o negro e a negra. E, sem dúvida, a movimentação da sociedade civil por democracia e igualdade foi e vai construindo um cenário mais paritário, integrando presença e compromisso. Mas, é claro, ainda temos muito a avançar no que diz respeito à conquista de espaços e participação.

**Jornalista, mestranda em Comunicação(UnB)*

Defensoria Pública baiana empossa sua primeira Ouvidora Geral

Jamile Menezes Santos

No dia 12 de março, a Defensoria Pública do Estado (DPE) empossou a primeira Ouvidora Geral na história da instituição, a advogada Anhamona de Brito, que estará no cargo por dois anos. Mulher negra e Advogada formada pela Universidade Católica de Salvador, especialista em Regime de Direito Público e em Gênero e Desenvolvimento Regional pelo NEIM/UFBA, Anhamona de Brito já chefiou o Gabinete da Defensoria Pública do Estado da Bahia (2007 - 2008). Já prevista na Lei Orgânica e Estatuto da Defensoria, a implantação da Ouvidoria na DPE foi aprovada pelo governador Jaques Wagner em janeiro de 2009, em modelo também inovador, de caráter externo e com liderança oriunda da sociedade civil. A Bahia é o segundo estado a adotar este modelo de gestão na Ouvidoria em todo país, junto somente à pioneira de São Paulo. A Ouvidora concedeu entrevista ao Jornal Irohìn.

Irohìn - Qual é a relação entre a Defensoria Pública e a população

baiana atualmente e onde se insere a atuação da Ouvidoria?

Anhamona de Brito - Falar de Defensoria Pública é retratar uma Instituição autônoma, essencial à garantia do acesso à Justiça aos cidadãos e cidadãs. Hoje, os baianos contam com uma Instituição completamente desatrelada do Poder Executivo, com uma parceria forte com as representações do movimento social, nos mais variados segmentos. A Ouvidoria, portanto, passa a ser não apenas um órgão de encaminhamento de reclamações e denúncias acerca do serviço prestado pela Instituição e por seus membros. Deve ser um espaço de parceria, em que o povo tenha canal aberto para apresentar a sua visão acerca da melhor forma para atender as suas questões. Esse momento tem como diferencial o fato do cargo de Ouvidor-Geral ser direcionado a uma representante da sociedade civil, cujos anseios por maior participação na atuação estatal é externalizado na luta de diversos segmentos.

Irohìn - O que essa novidade trará para a população?

AB - Não ter, na condição de Ouvidor/a, alguém da carreira defensorial faz com que a população, ao buscar os seus serviços, não titubeie por crer na existência de eventual corporativismo. Obviamente que isso implica responsabilidade e maturidade na percepção que a Defensoria Pública tem características administrativas e funcionais próprias, mas de nada valeria um cargo como esse que não estivesse revestido dessa característica. Certamente haverá um fortalecimento no diálogo com as representações sociais que trabalham com a questão prisional, com a questão fundiária, com movimento de mulheres, com o movimento negro, com o movimento LGBT, entre outros. Todos os grupos que não têm ciência das variadas possibilidades de atuação desse poder na defesa dos Direitos do/a cidadão/ã.

Irohìn - Enquanto mulher ne-

gra, que perspectiva pode traçar desta conquista?

AB - Essa conquista é coletiva. O Estado brasileiro se assenta no patriarcado, seu caráter masculino, heterossexual e branco. A Defensoria Pública, enquanto instituição de Estado, não é uma exceção à regra. Ser a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública da Bahia significa a repartição de Poder com a mulher negra; que está mais à margem do seu epicentro. A situação vivenciada pela população negra, e também pelas mulheres, no que tange a representação político-institucional nos espaços de Poder, é de invisibilidade estratégica: quem historicamente detém esses espaços reluta - com muita fundamentação teórica e privilégios - compartilhá-los.

Serviço: A Ouvidoria está funcionando, temporariamente, na sede da Defensoria Pública, no bairro do Canela. O telefone para contato é (71) 3117-6952.



Entre a colonização, a escravidão e as diásporas

Mário Augusto Medeiros da Silva*

Não se perde algo da questão política ao abandonar o debate sobre o escravismo colonial em detrimento de um culturalismo diaspórico, cujos acertos teóricos ainda não se mostraram fecundos? A idéia de diáspora é fundamentalmente de origem judaico-religiosa, necessitando de acertos complicados para sua aplicação ao problema histórico do escravismo colonial.

A cidade que há séculos foi sede do bispado português e uma espécie de estação de repouso do papado romano na região da península ibérica sediou, entre os dias 04 e 07 de fevereiro deste ano o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Braga, a região em questão, recebeu cerca de 1500 especialistas e interessados (de acordo com agências de notícias; não há dados oficiais), mesmo com temperaturas diárias que raramente alcançavam os dez graus positivos, com muita chuva e vento frios. Suas inúmeras igrejas, edificações religiosas e belíssima região montanhosa davam acesso à Universidade do Minho, campus de Gualtar, base do congresso.

Com tema de *Sociedade Desiguais e Paradigmas em Confronto*, a idéia do encontro era reunir, sob os mais diferentes tópicos, estudiosos dos três continentes, para discutir problemas em comum ou em perspectiva comparada na lusofonia. O evento acontece bienalmente desde 1990, sendo que já sediaram o encontro (alguns mais de uma vez) o Centro de Estudos Sociais de Portugal (CES), a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto de Ciências Sociais de Lisboa (ICS), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, a Universidade do Porto, e as cidades de Coimbra e Luanda.

Como afirmava a apresentação da décima edição, "Tendo como pano de fundo a diversidade e a complexidade de realidades sociais em sociedades geográfica, histórica

e sociologicamente diferenciadas como as lusófonas – e desiguais entre si e no seu próprio seio a nível territorial, económico, político e cultural –, o desafio que se coloca aos participantes neste X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais será o de, com base em resultados de estudos empíricos e reflexões teóricas, nos mais diversos espaços e modalidades, contribuir para problematizar, analisar e aprofundar o conhecimento dessas realidades na actual época de globalização, confrontar as diversas mundividências e paradigmas teóricos em presença."

Bom intento, execução difícil. A começar pelos participantes: não se trata de dado oficial, mas pela percepção de sotaques, enquete direta ou visada dos participantes em mesas, a grande maioria dos presentes eram portugueses ou brasileiros natos, além de falantes do francês ou inglês. A participação dos africanos lusófonos, mesmo em mesas-redondas ou sessões especiais, foi diminuta. O congresso, originalmente, deveria ocorrer em dezembro de 2008, mas sua data foi mudada por conta de reuniões locais que aconteceram no continente africano. Ao que parece, outras dificuldades impediram que mais estudiosos africanos – além dos poucos angolanos, cabo-verdianos, guineenses ou moçambicanos – participassem das sessões.

Um outro quesito negativo que dificultava o encontro foi a exigência do congresso para que, em doze minutos, os participantes das

sessões temáticas – que eram muitas, com diversas subdivisões, congregando cerca de 1400 trabalhos – apresentassem suas pesquisas. Dessa forma, embora fosse possível encontrar colegas de outros países, com temas afins de discussão, era difícil estabelecer interlocução maior que o tempo exigido permitia. Mesmo após a sessão haver terminado, isso era complicado: havia outra na sequência, a sala necessitava ser desocupada rapidamente; ou, então, os colegas possuíam interesse em ver outros eventos durante o congresso, que aconteciam simultaneamente. Para trocar idéias por mais tempo, para além da apresentação oral, somente no intervalo de café, almoço ou jantar. Todavia, dadas as condições climáticas mais severas em alguns momentos, as duas últimas opções tornavam um bom papo um exercício complicado. Mas não impossível, após troca de e-mails, haja vista a possibilidade de leitura das comunicações, que se encontra disponível online (<http://www.xconglab.ics.uminho.pt/>)

Ainda sobre a estrutura do congresso e sua organização, é importante ressaltar as condições das instalações. A Universidade do Minho possui menos que cinquenta anos e está encravada numa região próxima ao centro da cidade de Braga. Nos últimos anos, como era possível perceber em outros locais públicos da região, recebeu investimento de programas da União Europeia, para aprimorar suas instalações. Era comum a comparação,

ao menos entre os brasileiros, das condições daquela universidade com algumas das mais conhecidas de seu país de origem. Absolutamente espantosas em termos de organização, limpeza e condições técnicas. No restaurante universitário, por exemplo, era comum ver estudantes fazer suas refeições ao mesmo tempo que se conectavam à internet, já que ali era lugar de conexão sem fio, por sinal de rádio. Cartazes diversos espalhados pela universidade ofereciam a inscrição num programa de financiamento a baixo custo aos estudantes para aquisição de seus notebooks. Esses três fatores, pelo menos no que toca às instalações dos cursos públicos de Ciências Humanas brasileiros, fez muita gente pensar sobre as condições de trabalho acadêmico desiguais oferecidas aos cientistas sociais.

Apesar de já estar em sua décima edição e ter ocorrido nos três continentes que lhe dão o nome, o congresso recebeu críticas, especialmente de colegas africanos, acerca da ordem de seu nome: *Luso-Afro-Brasileiro*. Por quê a proeminência dos portugueses? Por quê não Afro-Luso-Brasileiro? Só para constar: em nenhuma das vezes que essa questão foi levantada, o adjetivo pátrio do Brasil foi cogitado em primeiro lugar. Entretanto, por trás disso, diziam os queixosos, estava uma questão de poder, envolvendo a discussão sobre o colonialismo, a escravidão, a diáspora e a identidades nacionais criadas após as lutas de libertação. Foi interessante, por exemplo, numa mesa de discussão de

Identidades, ver uma colega cabo-verdiana dizer que não gostaria de ser identificada apenas como Afro ou Africana. Ela, antes de tudo, era de Cabo Verde. O mesmo argumento era corrente entre outros africanos.

Não se trata de algo desprezível. Todavia, algumas questões merecem ser discutidas a partir dessa fala e dessas queixas. A começar pela dificuldade operacional de inserir no título do congresso todos os nomes dos países envolvidos, para não dizer de suas regiões internas. Superado esse fato, por trás das reclamações – especialmente dos colegas africanos presentes na discussão – há uma acusação de persistência de colonialismo cultural português, encerrada no nome. A preeminência do adjetivo luso incomodava bastante a ponto de se pensar que a colonização – entre portugueses e africanos – ainda é uma questão em aberto, cujas feridas e responsabilidades não estão suficientemente cicatrizadas ou apuradas.

Andando pelas ruas do centro de Braga ou Lisboa – cidades onde estive, junto com outros colegas sociólogos brasileiros – não foi possível deixar de notar, pelo menos, dois fatos chamativos: no senso comum, especialmente entre portugueses idosos, persiste um paternalismo incômodo daqueles em relação aos brasileiros. Não raro, após a identificação nacional ou percepção de sotaque, ouviu-se a pergunta: “*Vocês sabem quem foi Pedro Álvares Cabral?*” ou ainda “*Nós somos seus pais, sabiam?*”. Um pouco além, podia-se encontrar algo como “*Eu estive em Angola, durante muito tempo. Eles estavam melhor conosco portugueses. Agora os ingleses estão por lá, explorando etc.*” Algo também do mito de que abaixo da linha do Equador, dado o calor dos trópicos, o apreço pelo trabalho e esforço não era muito acentuado; ou que as mulheres brasileiras são profissionais do sexo em potencial esteve entre as observações ouvidas por nós.

O outro fato são os monumentos públicos. Figuras nacionais ou locais importantes para as empreitadas coloniais eram facilmente encontráveis. O reino português nasceu por volta de 1147, com Afonso Henriques, perdurando até o começo do século XX; o período republi-

cano democrático liberal durou de 1910 até 1926 com a ascensão de Salazar (e posteriormente Marcelo Caetano, seu sucessor depois de 1968), cuja ditadura se encerrou no 25 de abril de 1974. Os traços residuais do salazarismo são pouco perceptíveis a uma observação rápida – persistindo, segundo alguns pesquisadores, no comportamento da vida quotidiana, por exemplo – ; entre-

mesmo pode ser dito em relação à idéia de uma diáspora negra. Vale lembrar: nas discussões acerca do “Luso-Afro-Brasileiro”, em nenhum momento foi cogitado o último adjetivo pátrio em primeiro lugar. Ou uma identidade maior que nos una, quicá a língua, com suas diversidades. Aparentemente um traço banal. Todavia, revela a ausência de discussão sobre o que seria, exatamente,

questão política ao abandonar o debate sobre o escravismo colonial em detrimento de um culturalismo diaspórico, cujos acertos teóricos ainda não se mostraram fecundos? A idéia de diáspora é fundamentalmente de origem judaico-religiosa, necessitando de acertos complicados para sua aplicação ao problema histórico do escravismo colonial. Contemporaneamente, também se faz necessário pensar nas consequências do fim da colonização e a migração – legal ou ilegal – de africanos e brasileiros em Portugal. Existe uma dívida a ser reconhecida pelo estado atual desses países – especialmente os africanos lusófonos. As riquezas portuguesas, perceptíveis em suas igrejas e monumentos opulentos, são fruto da empreitada de exploração colonial.

As colônias construíram a metrópole, fornecendo mão-de-obra e material. A recíproca é verdadeira, com a extração violenta e a exploração desmedida. Podemos falar, então, num direito de reparação ou de reconhecimento, nesse sentido. Quanto a idéia de diáspora é operativa politicamente para tanto? Se ampliarmos a discussão para a responsabilidade europeia em relação à situação do continente africano como um todo, tem-se um problema de enorme monta e relegado sistematicamente. Do simbolismo da queixa necessita-se passar ao reconhecimento político-prático da dívida.

Todas essas questões foram suscitadas ao longo do Congresso, na conversa e encontro com colegas ou na surpresa quotidiana de ser estrangeiro num país cuja língua é muito parecida com a de sua terra natal. O X Congresso Luso-Afro-Brasileiro, sem sombra de dúvida, apesar das dificuldades da organização de algo tão portentoso, atingiu seus objetivos, encerrado no tema que adotou. Para quem tiver interesse em acompanhar algumas das discussões que permearam o encontro, bem como interesses úteis de instituições nos três continentes ou da abordagem que recebeu de alguns veículos de informação, vale checar o endereço <http://xconglab.wordpress.com/congresso-nos-media/> ainda disponível no site do Congresso.

***Doutor em Sociologia (Unicamp).**



tanto, o peso da monarquia e do catolicismo estão em toda parte. Tendo em vista que, no final do século XV, Portugal se lançou à empreitada marítima, buscando novas terras e colonizando outros povos nos continentes americano, africano e asiático, é possível imaginar a quantidade de locais de memória acerca dessas questões – valendo ressaltar o Monumento dos Descobridores e sua Rosa dos Ventos ou a Praça dos Restauradores, ambos em Lisboa – e quão incômodos eles podem ser aos descendentes dos colonizados. Sociedades em confronto?

Se a colonização é um passado em aberto, onde as disputas simbólicas e políticas se lançam do senso comum à discussão científica, o

essa migração forçada dos africanos negros para outras terras em razão da colonização (especialmente o caso brasileiro). Se isso, em linhas gerais, for o significado de diáspora, o Brasil se encontra na posição de ser o país com maior contingente de negros ou descendentes de africanos fora da África e não deveria ser subestimado na disputa simbólica envolvida naquela discussão.

Por outro lado, quão válido é falar numa diáspora africana, em detrimento de escravidão, efetivamente? Quão aplicável é o conceito, em sua acepção plena, ao que foi a empresa e a violência colonial? Positiva-se a memória de um povo, desfazendo os estereótipos e preconceitos; todavia, não se perde algo da



Visita a presídio nos EUA

Longe dos ambientes insalubres e inóspitos dos presídios brasileiros, o “presídio para gringo ver” ao qual fomos apresentados nos EUA não ofereceu aos meus olhos uma realidade menos arrasadora do que a que deixara no Brasil.

Ana Luiza Pinheiro Flauzina*

Os Estados Unidos já viviam o clima eleitoral intenso que iria culminar na vitória de Obama quando aterrissei na Califórnia, em julho do ano passado. Era um curso de verão na cidade de Davis e a temperatura e o ambiente não podiam ser mais amenos. Juristas de várias partes do mundo reunidos para aprender um pouco sobre os códigos do sistema judiciário estadunidense e também falar das experiências de seus próprios países. A empolgação da chegada, o contato com algumas pessoas interessantes e a leveza de Davis estavam começando a me propiciar uma primeira impressão positiva do país.

Na programação do curso estava prevista uma “visita” a um estabelecimento prisional. Como não fazia parte originalmente do grupo escolhido para essa atividade, troquei logo de lugar com um advogado corporativo da Suíça que queria ir a um jantar num escritório para o qual estava escalada. Fomos então um grupo de pessoas a um presídio considerado de segurança média: o suficiente para a leveza de Davis se esvaír e a primeira impressão ir embora cedendo lugar aos conhecidos estereótipos da “América”.

Longe dos ambientes insalubres e inóspitos dos presídios brasileiros, o “presídio para gringo ver” ao qual fomos apresentados não ofereceu aos meus olhos uma realidade menos arrasadora do que a que deixara no Brasil. A sensação de que eu ia encontrar os homens negros norte-americanos, afinal num grupo de 80 pessoas no curso éramos apenas 4 e na cidade universitária havia muito poucos também, foi confirmada e superou minhas expectativas. Um grande aglomerado,

muitos, superando visivelmente o número de brancos e de latinos (que também formavam um grupo expressivo).

No “tour”, o agente carcerário que mais parecia um agente de turismo, foi nos apresentando as várias alas no presídio. Na primeira, entramos num galpão aberto. Chamou-me muito a atenção a falta de qualquer tipo de privacidade. Vimos os detentos tomarem banho, sendo uma pequena mureta construída apenas para evitar que se vissem suas genitálias. Percebi que a visível superpopulação daquele setor foi contornada com a inserção de uma “cama” no meio dos beliches já bem apertados. Assim, três homens dormiam um acima do outro, sendo que o do meio não podia praticamente se mexer. A segunda ala, com celas fechadas, no estilo das que aparecem nos seriados que vendem a tragédia do encarceramento como entretenimento, era reservada aos presos considerados mais “perigosos” e era muito mais vigiada e claustrofóbica.

Algo que me chamou muita atenção foi o número de detentos idosos. Ali estavam encarceradas várias pessoas que cumprem prisão perpétua ou com longas sentenças sem direito a requerer liberdade condicional. Eram eles os que ocupavam predominantemente a ala reservada aos “doentes mentais”, que passavam os dias dopados por fortes medicações.

Os rostos negros se multiplicavam à medida que avançávamos e me dava conta de como a máquina do extermínio opera por essas bandas dentro dos marcos legais. O recrutamento da juventude negra é massivo e a morte, pelos riscos que a prisão oferece, artefatos

tecnológicos letais ou o tempo, o destino de grande parcela. Só para nos atualizarmos, os dados disponíveis na página do Departamento de Justiça americano indicam, para o ano de 2007, um país com mais de dois milhões e duzentos mil presos, sendo o número de homens negros encarcerados três vezes maior do que o de homens brancos. Um dado alarmante indica que 10% do total de homens negros de idade entre 30 e 34 anos está encarcerado nos Estados Unidos¹.

Seguindo tranquilamente o script da visita, o “guia turístico” ia nos apresentando ao serviço médico, a primeira vista decente, e à indecência do trabalho realizado pelos presos com ares de orgulho. Muito material de escritório produzido, Estado e empresas faturando milhões e homens pagos a 25 centavos a hora. Esse é mesmo um negócio altamente lucrativo por aqui.

O presídio eleito para visita dos advogados internacionais, apesar de ser suficiente para embrulhar o estômago pela indignidade que representa, não convence como o padrão típico do cárcere no país e nem precisamos chegar a nenhuma Guantánamo. Nas prisões destinadas aos estrangeiros a serem deportados, por exemplo, os relatos são de maus-tratos e recusa a se prestar serviços médicos. As denúncias giram em torno de práticas largamente empregadas ao sul da linha do equador: falta de condições sanitárias, comida não apropriada para consumo humano, espancamento por parte dos agentes públicos.

Há também muito com o que se preocupar com os encarcerados nacionais e residentes. Chamo atenção para um relatório publicado em

2001 pela organização Human Rights Watch intitulado *Sem escapatória: estupro masculino nas prisões dos Estados Unidos*², que relata a situação de violência instaurada dentro de vários estabelecimentos em 37 estados do país. O estudo se limita a investigar os estupros cometidos pelos detentos, acentuando a tolerância institucional para com esse tipo de prática.

O relato de um dos detentos que abre o relatório merece destaque: “... quando eu cheguei à prisão, não tinha idéia do que esperar. Certamente, nada parecido com isso. Eu sou um homem branco, alto, que infelizmente tem uma pequena porção de características femininas. E sou muito tímido. Essas características me fizeram ser estupro tantas vezes que não tenho mais sensações físicas. Uma vez fui estupro por cinco homens negros e dois brancos. Colocaram facas na minha garganta. (...) Uma vez, quando me recusei a entrar numa cela, fui brutalmente atacado por funcionários e mandado para o isolamento, mesmo tendo feito isso apenas para evitar que acontecesse isso e coisa pior com meu companheiro de cela. Não há supervisão depois que se é preso. Fizeram uma anotação no meu relatório de conduta. Eu expliquei a situação ao oficial na audiência. Ele me falou, extra-oficialmente, que me sugeria arrumar um homem com o qual pudesse manter uma relação para evitar que esses episódios acontecessem. (...) Ele também me disse que não havia a quem recorrer e que era melhor eu começar a aceitar as coisas como elas eram...”

O fragmento acima é um dos inúmeros relatos constantes do do-

cumento que retrata a condescendência do aparato público para com esse tipo de violência largamente perpetrada dentro dos estabelecimentos prisionais. O estudo ainda pondera de que não se trata apenas da violência real o fator que submete alguns homens a ter relações forçadas com outros no cárcere, mas a ameaça de violência. Dentro dessa leitura, a maioria das pessoas se sujeita a manter a relação aparentemente sem reagir, por medo das consequências da recusa. O relatório adverte também que essa é uma realidade compartilhada pelas instituições juvenis e que uma das questões mais recorrentes, pontuadas pelas vítimas, é o fato de terem que conviver com os agressores, sendo sucessivamente abusados, sem qualquer tipo de proteção e apoio dos agentes carcerários. Comentando essa situação de abandono um dos detentos afirma no relatório: "Descobri que o contrário do amor não é o ódio, mas a indiferença".

Após a publicação desse estudo, foi aprovado o Ato de Elimina-

ção do Estupro nas Prisões (Prison Rape Elimination Act), em 2003. É importante acentuar que o projeto já tramitava há anos no Congresso americano como um apelo visivelmente conectado à violência sexual perpetrada contra as mulheres encarceradas pelos agentes penitenciários. Os dados publicados na década de 1990³, sinalizavam para a situação limite em que pelo menos 50% das mulheres encarceradas já tinham sofrido algum tipo de abuso sexual, sendo o estupro uma prática freqüente. Entretanto, foi somente quando os atos de violência sexual foram conectados com o abuso dos corpos masculinos que a questão conseguiu ser encarada de maneira pragmática.

O último relatório divulgado pelo Departamento de Justiça analisa a questão, agora motivado pelo monitoramento obrigatório estabelecido pelo Ato de Eliminação do Estupro nas Prisões. Os dados foram colhidos em 114 prisões para homens e 16 para mulheres em todo país, com informações compiladas a partir do ano de 2005. Um aspecto im-

portante revelado na pesquisa é que a maioria das denúncias de violência sexual atingindo os detentos (homens e mulheres) teve como autor os agentes carcerários 2,9%, contra 2,1% de autoria de outros detentos e detentas e 0,5% em que houve o abuso por parte de ambos⁴.

A questão do cárcere nos Estados Unidos é, sem dúvida, uma das mais sensíveis agendas com as quais a nova administração terá de lidar. Quebrar com os padrões do governo Bush é também encarar de frente uma política de extermínio e administração da migração, da pobreza e da negritude por meio do cárcere.

Já sinto viva a preocupação de alguns intelectuais e articulistas políticos mais conectados com a questão racial nos Estados Unidos anteendo um novo desafio. Agora, com Obama na presidência, a resposta rápida e expressa do *status quo* é a de eliminar a possibilidade do discurso do ativismo negro. É como se não se justificasse mais qualquer medida protetiva voltada para o agrupamento. Dentro do conjunto de agendas a serem rela-

tivizadas, já se vislumbra a possibilidade de um descolamento simbólico entre cárcere e negritude, pelo acesso dos códigos da mestiçagem e da migração latina. Os mais atentos estão cientes do impacto que esse tipo de discurso pode ter na superação das desigualdades raciais, sinalizando claramente que se tende à importação de um modelo de "democracia racial" latino-americano. Têm, em suma, medo de provar do nosso veneno, em que a realidade, os dados e os estudos não redundam em políticas concretas de transformação.

***Advogada e Doutoranda em Direito(American University).**

¹Disponível em:
<http://ojp.usdoj.gov/bjs/prisons.htm>.

²Disponível em:
<http://www.hrw.org/legacy/reports/2001/prison/report.html>

³Disponível em:
<http://www.aclu.org/hrc/PrisonsStates.pdf>.

⁴Disponível em:
<http://www.usdoj.gov/>



Quilombolas

Territórios ameaçados, enquanto se aguarda decisão do STF

A aproximação do julgamento pelo STF da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo DEM sobre o Decreto 4887/2003¹, que regulamenta a titulação de terras quilombolas no Brasil, põs panos quentes na polêmica envolvendo os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da SEPPIR, Edson Santos.

Renata da Silva Nóbrega*

Em dezembro de 2008, o ministro Nelson Jobim solicitou à Advocacia Geral da União a abertura de uma Câmara de Conciliação contra o INCRA, que em novembro do mesmo ano reconheceu como território quilombola 78,1 mil hectares de Alcântara, o que limitaria os planos de expansão do Programa Espacial Brasileiro aos 8,7 mil hectares do atual Centro de Lançamento

de Alcântara (CLA)¹. Jobim pretendia questionar a decisão do INCRA, e se sua proposta fosse considerada, expropriaria ainda mais as comunidades quilombolas de Alcântara², que já foram atingidas pela construção da Base de Alcântara, na década de 80, e pela sua ampliação, em 1991.

A reação de Edson Santos à proposta de Jobim sugere um (in-

suspeito?) empenho institucional em favor das comunidades quilombolas. De acordo com Santos, "A posição do governo é de não reabrir nenhum entendimento em relação a Alcântara, entendendo que o que foi pactuado é suficiente para garantir a implementação do projeto aeroespacial e não há nenhum sentido prático na reabertura da negociação". Ainda assim,

Jobim, que decidiu aguardar a decisão do STF, seguiu afirmando que a nova área pleiteada – 5.380 hectares – era "imprescindível" para a execução do convênio aeroespacial Brasil-Ucrânia.

De acordo com o pesquisador e quilombola Davi Pereira Júnior³, a nova área pretendida coincide com "os locais utilizados pelas comunidades para suas princi-

pais atividades econômicas de sobrevivência, quais sejam: a lavoura, a pesca e o extrativismo. Além destas há uma série de outras atividades que as comunidades ficam impedidas de praticar, bem como a utilização por completo dos recursos naturais de seus territórios ocupados ao longo de séculos e forçados por muitas lutas e dificuldades. Além de incorrer em risco de reprodução física, cultural, social e religiosa às comunidades com o eventual deslocamento compulsório como pretende o projeto do governo brasileiro.”

Mas o texto do tratado de cooperação assinado pelos dois países, em 2003, afirma que tanto o sistema de lançamento espacial Cyclone-4, quanto o sítio de lançamento, serão desenvolvidos no Centro de Lançamento de Alcântara, na área já desapropriada, e não em uma nova área, tal como proposto por Nelson Jobim. Mesmo assim, a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), originada neste tratado, tem invadido as terras das comunidades quilombolas de Mamuna e Baracatatiua, causando os seguintes prejuízos, registrados no livro de Davi Pereira Júnior: destruição dos marcos que tradicionalmente delimitavam as áreas das comunidades; devastação das áreas de roças e das capoeiras; abertura ilegal de estradas; recursos hídricos ameaçados pela ação predatória das empresas a serviço da



Figura 1: Mapa elaborado nas oficinas de cartografia com comunidades quilombolas de Alcântara. Fascículo nº 10: “Quilombolas Atingidos Pela Base Espacial – Alcântara Maranhão”, da Série “Movimento Sociais, Identidade coletiva e Conflitos”, do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

ACS e destruição de caminhos e trilhas que serviam de comunicação entre povoados.

Previsto para março, o julgamento da ADI pelo STF pode consolidar ou ameaçar os direitos territoriais das comunidades quilombolas, dependendo da decisão a ser tomada. Em Alcântara, a expectativa é de que a decisão do STF encerre, de uma vez por todas, os abusos que têm sido cometidos contra as comunidades quilombolas, com a garantia da titulação definitiva do território.

***Mestre em Sociologia (Unicamp), pesquisadora do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.**

1 Para uma reflexão sobre a campanha anti-quilombola, consultar o artigo de Lúcia Andrade, disponível em <http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=22&id=161>.

2 Atualmente, 62 mil dos 116 mil hectares do município de Alcântara estão destinados ao Programa Espacial Brasileiro. O Centro de Lançamento de Alcântara ocupa 8,7 mil hectares desta área.

3 Sobre o processo de titulação do território quilombola em Alcântara, consultar o artigo de Eloísa Monteiro, disponível em <http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=755>.

4 Davi Pereira Júnior. Quilombos de Alcântara. Território e conflito. Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Manaus: 2009.

Ìrohìn na internet !

Informe-se e participe, acessando www.irohin.org.br

O Ìrohìn on line é atualizado diariamente:

Opinião, notícias, clipping, artigos e enquete.
Aproveite e faça sua assinatura, ainda gratuita.

www.irohin.org.br





Uma tomada de posição pioneira

“Em áreas brasileiras intensamente africanizadas, os problemas de pesquisa e ensino do português não podem adiar por mais tempo um exame mais profundo dos resultados do fato histórico da presença africana no Brasil” ANDRADE, Nadja (1976)

O português do Brasil: temática e terminologia (clichê e etnocentrismo) p. 215¹

Péricles Cunha*

A professora Nadja Andrade², já em 1976, condensa, em um pequeno (grande) texto de apenas sete páginas, uma extensa e vertical reflexão sobre a realidade lingüística brasileira.

Trata-se de um trabalho que pode ser dividido em duas partes distintas: uma que condensa toda a argumentação, o início (p. 209) e o fim do texto (pp 211-215), e outra, interna (p. 209-213), onde faz um levantamento, nos autores criticados (que, por elegância, não cita), dos traços característicos de nossa fala, e que são, por esses autores, estigmatizados. Essa parte relativa aos traços lingüísticos (fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, fono-sintáticos e semântico-lexicais) será comentada em outra oportunidade. No momento vou considerar apenas o essencial de sua argumentação.

O texto centra-se na afirmação de que, quando se trata de avaliar lingüisticamente as influências em nossa língua materna da ‘*presença africana no Brasil*’, os estudiosos de nossa realidade lingüística se restringem a uma **temática** desenvolvida com base em **clichês**, utilizando-se de termos que evidenciam um claro **etnocentrismo**, tendo como resultado a **estigmatização** da contribuição africana. Essa temática, esses clichês, essa terminologia, esse etnocentrismo são ‘*congelados*’ e constantemente repetidos com o aval da autoridade de seus autores, a ponto de tornar-se, por essa ‘*ação repetitória*’, uma ‘*pregação*’ mesmo. Infere-se daí (a autora não

diz isso), que se trata de uma política deliberada, mas não explicitada, isto é, de uma política implícita, que busca, se não a anulação, ao menos a desautorização dessas ‘*influências*’.

Em que consiste então o etnocentrismo? Consiste exatamente na recusa implícita em admitir a participação africana na criação e efetivação dessas mudanças lingüísticas, fazendo com que os estudiosos da realidade lingüística brasileira busquem explicações para os fenômenos levantados ora recorrendo aos índios (‘*trata-se realmente de influência africana ou indígena?*’); ora recorrendo às línguas vulgares (‘*sendo fenômeno comum à România, como dar preferência à ação de aloglotos?*’); ora recorrendo aos portugueses (‘*sendo fato igualmente documentado em falares regionais portugueses atuais, por que abandonar a possível interpretação vernaculista?*’ ou ainda, ‘*não se tratará antes de um conservadorismo quinhentista interrompido em Portugal mas continuado no Brasil?*’).

Como os fenômenos apontados não podem ser negados, são portanto estigmatizados, isto é, são difamados e/ou confinados. Levantando algumas expressões que aparecem nos estudos, e nas gramáticas, elaborados no Brasil, a Profa. Nadja nos mostra

a) como esses fenômenos são referidos:

aqui, ‘como exemplos de um português ‘*estropiado*’ pelos negros,

vestígios de dialetos crioulos (nos quais se pratica uma ‘*simplificação extrema*’); ali, como ‘um português ‘*mal aprendido*’ e ‘*imperfeitamente transmitido*’ pela população escrava a seus descendentes’; acolá, ‘uma ‘*língua tosca*’, ‘*rude*’, ‘*grosseira*’’. Seriam atribuições também dos *negros boçais* e dos *negros ladinos*, ‘as ‘*deturpações fonéticas*’ extra-românicas que ‘*desfiguram*’, ‘*deformam*’, ‘*adulteram articulações*’ do dialeto popular do Brasil, resquícios de uma ‘*fase degenerativa*’.

b) e como são confinados:

os aportes africanos são identificados (e restringidos) apenas: ‘no falar *rural*, mas não no urbano’, ‘na fala *popular*, mas não no dialeto culto’, ‘nas *variantes da FALA*, mas jamais em *NORMA*’.

Contrapondo-se a isso, a autora relembra o esquecido fato de que, no Brasil, a língua portuguesa foi falada por pessoas provenientes de ‘*dois tipos de vivências*’. De um lado, num contexto de populações originariamente portuguesas (faltou dizer ‘*minoritárias*’) e, de outro, num contexto de populações africanas (estas, também faltou dizer, ‘*majoritárias*’). Aqueles primeiros, manipulando o código oral já informado por uma tradição escrita, e os últimos, oriundos de culturas em que predomina a oralidade, manipulando o código oral, sem referência a qualquer tradição escrita³. Este ‘*fato concreto*’, diz a autora, pressupõe já de saída, nas análises da oralidade bra-

sileira, um saldo negativo para os descendentes de povos africanos. Ora, assumindo outro ponto de vista, o que seria negativo passa a ser positivo, e é justamente por considerar essa ‘*intensa e exclusiva comunicação interpessoal oral*’ do contexto afro-brasileiro, que a Profa. Nadja vai enfatizar, bem ao contrário, a sua importância para a ‘*efetivação de novas possibilidades do sistema*’. Antecipando o que, cerca de dez anos depois, vai ser apresentado não apenas como ‘*novas possibilidades do sistema*’, mas como elementos desencadeadores da emergência de um novo sistema: a gramática da língua brasileira⁴.

Alertando para o fato de que é justamente nas bases culturais que se encontram as ‘*forças de unificação*’, e não as de ‘*degradação*’ e apontando para a necessidade de ‘os estudos de problemas brasileiros relativos à língua’ abandonarem ‘os velhos e novos clichês da investigação’, para, com base num conhecimento efetivo e despreconceituoso de nossa realidade lingüística, procederem a uma re-interpretação dos ‘*elementos que lhe serviram de base e esteio*’, termina advertindo, com todas as letras, que, a continuar com essa clicharia e com esse etnocentrismo, base das estigmatizações (onde mal se esconde o racismo, digo eu), estaríamos caminhando em direção a ‘*uma forma de neo-escravatura*’.

Acredito que os leitores já se deram conta da relevância desse

artigo para todos nós. A sua importância pode ser medida até mesmo pelo silêncio que sobre ele se abateu durante esses 32 anos desde a sua apresentação pública, inclusive nas áreas que mais se beneficiariam com a sua leitura. Mas, como poderíamos ler esse artigo hoje, levando em conta o conhecimento desenvolvido nesses últimos anos? Esbarrando em meus limites tentarei refazer a leitura desse texto, tomando liberdades que, embora possam ser inferidas do trabalho, nele não vêm explicitadas.

Em primeiro lugar, no cuidado e na delicadeza com que foi escrito o artigo original, em momento algum se permite mencionar o racismo subjacente aos estudos da realidade lingüística brasileira. Entretanto, para um bom leitor, é mais do que evidente que esses estudos estão, sim, eivados de um preconceito racista, que impede o conhecimento objetivo dessa realidade. Essa recusa em ver a realidade tem a ver com a necessidade - ideologicamente motivada - de nossas elites ex(?)-escravagistas de ocultar o fato mais significativo das influências das línguas africanas na constituição da língua brasileira. Por sua vez, a necessidade de ocultação da matriz africana, está fundada na tentativa frustrada de impor forçadamente um modelo lusitanizante, que combata justamente os traços africanizantes de nossa língua. A imposição desse modelo é o que venho chamando de política de 'embranquecimento lingüístico', correlato daquela outra política, a do 'embranquecimento populacional'.

Em segundo lugar, com o objetivo de neutralizar as influências africanas, os estudos da língua falada no Brasil desenvolveram uma **temática**, caracterizada pela utilização de **termos** que evidenciam a **estigmatização** e o **etnocentrismo** em que se assenta. Claro que esse 'etnocentrismo' é uma forma delicada de não se falar de 'eurocentrismo' ou, mais particularmente, 'lusocentrismo', que é efetivamente o de que se trata. Esse fato vem sendo identificado por mim como sendo a 'lusofilia' ou a 'lusolatria' sempre presente nesses estudos. Os responsáveis por isso (gramáticos e

filólogos - mas também alguns lingüistas - dos sécs. XIX e XX, aqueles aos quais chamo de 'lusólatras'⁵) são cientistas renomados, 'respeitados por terem sido os pioneiros nessa área de estudos entre nós', mas que, de fato, se revelaram 'herdeiros acrílicos de dados de outras ciências'⁶

Em terceiro lugar, como salientado pela autora, os clichês, constantemente repetidos fazem lembrar, por essa repetição, o ato de 'pregação'. Daí se infere que já não se trata de um 'fato de ciência', mas de um 'artigo de fé'...

Em quarto lugar, essa temática, esse artigo de fé, se torna, por outro lado, o fundamento sobre o qual se vai definir a 'fala' brasileira, que passaria a ser vista como um **desvio** da 'norma' e não como a base de sua sustentação e elaboração, invertendo desse modo as regras inferidas e explicitadas pelos estudos lingüísticos das línguas humanas.

Assim, em quinto lugar, como uma contrafação da realidade, a 'norma' no Brasil torna-se um padrão baseado em... **nada**. Isto é, baseado no desconhecimento da realidade lingüística brasileira, 'um padrão nunca suficientemente perquirido ou conscientemente avaliado'. No entanto, não devemos nunca esquecer que esse 'nada' é, de fato, preenchido pela ideologia lusitanizante...

Finalmente, em sexto lugar, a evocação dos dois tipos de tradição do uso do português entre nós: 1. a tradição portuguesa, com um código oral influenciado por uma tradição de escrita; e 2. a(s) tradição(ões) africana(s), de culturas onde predomina a oralidade, com um código oral sem referência a qualquer escrita, permite compreender porque a tradição oral dos povos descendentes de africanos, uma 'intensa e exclusiva intercomunicação oral', vai permitir, no contexto brasileiro, a 'efetivação de novas possibilidades do sistema'. Contudo, essas novas possibilidades, em vez de serem consideradas como de fato se constituem, são rejeitadas como desvios deteriorados da intocável língua portuguesa?

Percebe-se assim que a novidade e o interesse desse artigo se

mantêm intactos até hoje, razão porque devemos levá-lo em consideração, concedendo a ele o seu destino merecido que é o de ser lido, e assimilado, por todos que lidam com educação e com linguagem no Brasil, não nos esquecendo, no entanto, dos pontos principais de sua grande contribuição:

1. o levantamento dos traços lingüísticos que caracterizam a fala brasileira e que têm sido estigmatizados nos estudos e nas gramáticas publicados entre nós;

2. a revelação do caráter ideológico do discurso sobre os usos sociais da língua materna dos brasileiros;

3. a demonstração de como essa ideologia subjacente a esses estudos tem impedido o conhecimento objetivo de nossa realidade lingüística;

4. a ênfase na necessidade de superação dessa ideologia, por meio da análise, delimitação e desativação desse conjunto de crenças, ou seja, de sua reversão. A título de ilustração, observe-se que, o que ali era visto como defeito, um desvio da 'norma', aqui, passaria a ser efetivamente outra coisa - a base de outra norma. Esta sim, legitimamente constituída, porque elaborada a partir dos usos sociais concretos de nossa língua.

5. a advertência final sobre os perigos de estarmos recriando uma nova escravidão.

Finalizando, todo o artigo é, para mim, um claro alerta acerca da necessidade de incorporarmos definitivamente a África que nos constitui, tanto lingüística quanto culturalmente, sob pena de continuarmos excluindo uma das partes mais significativas de nós e, com isso, adiando, mais uma vez, o necessário encontro do Brasil consigo mesmo.

***Mestre em Lingüística (Unicamp) e pesquisador independente, autor do livro "As muitas línguas brasileiras" (1996), ainda inédito.**

¹ In: Ferreira, Carlota et al. (1988) *Diversidade do português do Brasil. Estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: PROED-UFBA. pp 209-215.

² Nadja Andrade é professora aposentada de língua portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Participou da elaboração do Atlas Lingüístico da Bahia e do Atlas Lingüístico de Sergipe. Publicou inúmeros trabalhos em revistas especializadas.

³ Os aspectos referentes à oralidade africana são extremamente importantes para a compreensão de muito do que podemos encontrar em nossa cultura brasileira (afro-brasileira), merecendo de nós, contemporâneos, uma reflexão cuidadosa, se quisermos de fato entender os processos aqui ocorridos no contato de povos e línguas distintos.

⁴ Cf. os trabalhos de sociolingüística paramétrica desenvolvidos na Unicamp na segunda metade da década de 80, pelo Prof. Fernando Tarallo e pelos pesquisadores que formou, em colaboração estreita com as Profas. Charlotte Galves e Mary Kato.

⁵ Evidentemente não se deve ver aí qualquer idéia preconcebida contra os portugueses e seus descendentes, mas sim a busca de uma melhor caracterização dos fatos e maior precisão dos termos.

⁶ Lembremos dos conceitos de, 'raça', 'pureza' de raças, 'degeneração racial', 'eugenia', etc., provindos de uma antropologia, e de outras ciências sociais, ainda marcadas excessivamente por suas origens e motivações 'colonizadoras'. Cf. também, nas ciências da linguagem, conceitos similares de 'pureza' de línguas, de 'corrupção' de línguas, de línguas 'primitivas', 'evoluídas', 'de civilização', etc.

⁷ Somente nos fins da década de 80 é que esses fatos passam a ser considerados, nos trabalhos de sociolingüística paramétrica (Unicamp), como fenômenos lingüísticos de importância crucial para a definição da gramática brasileira.



Cinema e carnaval

Fugindo do carnaval, a autora o reencontra no cinema e fortalece a visão crítica que compartilha com moradores anônimos do Curuzu, que têm mais cultura para mostrar do que supõem os gestores públicos.

Cláudia Alexandra Silva Santos*

As poucas linhas das sinopses de filmes nos jornais nunca nos preparam para o que vamos assistir. E foi o que aconteceu comigo no último domingo. Li num jornal local que "O Curioso Caso de Benjamin Button" era uma história de amor. Pode até ser, mas o que assisti foi um pouco além. Vi na tela do cinema uma narrativa que permite observar, pensar e ilustrar as abordagens que fazemos sobre relações étnico-raciais. Em tempos de inserção de conteúdos e busca incessante por materiais didáticos para apoiar a implementação da Lei 10.639/03, o filme bem que pode fazer parte do arsenal com que educamos.

Antes de expor minha leitura, preciso compartilhar minha motivação para escolher uma película romântica. Estava com a mente cansada de ler nos jornais locais as opiniões dos analistas do carnaval que pensam alternativas sempre voltadas para os circuitos centrais. O debate em torno das iniciativas que trazem participação popular é escasso na mídia. Entretanto, na cidade o debate fervilha. É assim no bairro onde moro, no Curuzu, que fica na periferia de Salvador e é habitado por uma maioria negra. É o bairro onde foi criado o Bloco Afro Ilê Aiyê. Aqui cada vizinho é um potencial carnavalesco ou diretor de arte digno de comandar escolas de samba de primeiro grupo. Vivo numa comunidade que há 35 anos assiste e participa do primeiro dia de desfile do bloco afro no carnaval, que é aberto com uma cerimônia religiosa pública, um pedido de licença e paz para os foliões que vão às ruas exibir suas Áfricas.

Nos dias que se seguem ao carnaval, sempre penso que os experts

com presença assegurada na mídia deveriam debater com os moradores do Curuzu. Não digo que espero vê-los falando com os que são diretores de agremiações carnavalescas (afro ou não), deusas, reis, rainhas, princesas, músicos, políticos, poetas, atores e celebridades instantâneas que moram ou são produzidas aqui nas ruas do Curuzu, ou no bairro da Liberdade. Prefiro assistir ao debate entre os experts em carnaval e os moradores comuns que gostariam de ver a pequena multidão de quase 10.000 pessoas, atraídas para esse espetáculo de afirmação de negritude promovido pelo bloco afro em sua comemoração de 35 anos, dinamizar a economia do bairro.

Desde o 20 de novembro, quando a marcha que celebra Zumbi se inicia aqui no bairro e segue rumo ao Pelourinho, discutimos nas ruas, nos bares, nos mercadinhos, na manicure, ou mesmo no lava-jato, estratégias para potencializar a presença da comunidade negra de fora do bairro que vem até o Curuzu. Nós, moradores anônimos e carnavalescos aspirantes, gostaríamos de

ver no nosso bairro algo que fosse além do consumo excessivo de cervejas e produção de lixo. Sonhamos que Nizan Guanaes poderia pensar nisso conosco, ao invés de somente trazer Naomi Campbell para sambar na ladeira ou prometer uma visita

de Denzel Washington. Queremos ver alegorias nas ruas, promoção de espaços de lazer, formação de parcerias e apoio com o comércio local, maior envolvimento da comunidade que é toda ouro e que é toda negra, além de ter mais cultura para mostrar do que pensam

os gestores públicos.

Foi movida por esse cansaço provocado pelas discussões no bairro e pelas imagens de "melhores momentos" exibidas pelas emissoras locais de TV, que em nada parecem com a dos racismos que vi nas ruas de Salvador, que escolhi a fita de amor. Acreditei que o cinema poderia me afastar de pensar o carnaval. Sinceramente, pensei que o "O Curioso Caso de Benjamin Button" pudesse ser um bálsamo para esses sentimentos e um escape das observações críticas sobre relações étnico-raciais e carnaval.

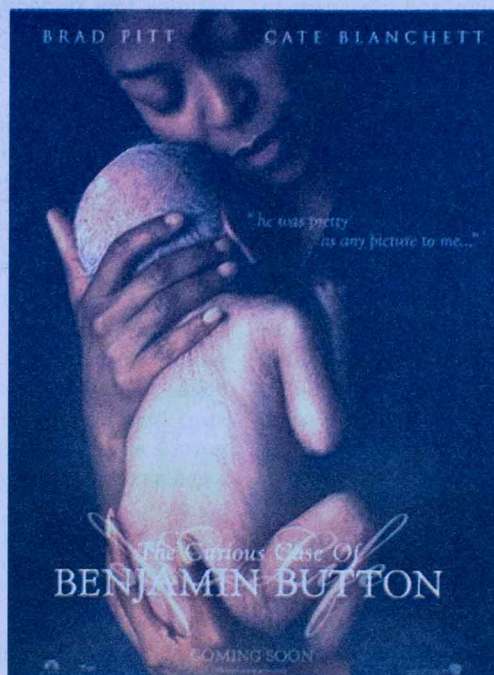
Não foi o que aconteceu por- que o personagem principal da história nasce durante o carnaval de 1918, em New Orleans, quando a população da cidade também celebrava o fim da 1ª Guerra Mundial.

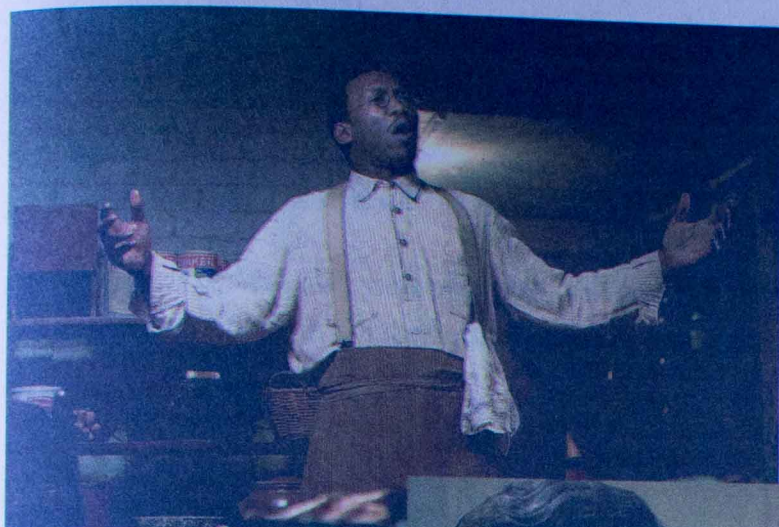
Seu pai terá que atravessar as ruas repletas de homens e mulheres fantasiados, ele próprio envolvido no clima festivo, para chegar à casa da família a tempo de apenas escutar o pedido da esposa para que cuide daquele filho sob qualquer circunstância. O parto encerra a vida da mãe. E é aí que o pai descobre aquilo que está em todos os informativos sobre o filme e é a parte mais importante do enredo: Benjamin Button nasce velho, com 80 anos e irá rejuvenescer enquanto todos aqueles que fazem parte da sua vida envelhecem.

Não pretendo contar aqui como a trama se desenrola e qual o desfecho. Até porque recomendo que vejam o filme. Mas não posso deixar de alertar aos futuros espectadores que observem como há uma associação negativa entre negros, carnaval e infortúnios. É nesse cenário que Benjamin Button chega à vida como um mau presságio para sua família e é imediatamente abandonado nas mãos de uma mulher negra.

Vale ainda observar a vida e emancipação econômica dos personagens negros do filme. A nossa representação traz belas cenas das experiências e cultura do início do século XX. Nós estamos lá, enquanto personagens, nos reunindo em igrejas, iniciando o gerenciamento de negócios, nos refazendo dos horrores da escravidão e construindo famílias.

Ora jovem, ora idoso, Benjamin Button tem nos personagens negros





seu melhor contraponto. É na conversa com o personagem Ngunda Oti, o pigmeu que passa de atração de zoológico a cidadão, que tanto o personagem principal, quanto nós cinéfilos ganhamos uma valiosa lição sobre identidade e alteridade. O africano que tem sua identidade étnica de pigmeu constantemente assinalada na narrativa é interpretado por Rampai Mohadi, um sul-africano de Pretória, que além de ator é também bailarino, tendo participado de produções conhecidas nos EUA e na Europa como "African Footprint" e "Vibrating Africa",¹ faz sua estréia em Hollywood somente agora aos 35 anos, depois de uma carreira consolidada como professor de dança em várias escolas, como a Tshwane University of Technology².

A jovem e veterana atriz negra Taraji Penda Henson, indicada ao Oscar 2009 como melhor coadjuvante por essa atuação, interpreta Queenie, a mãe adotiva de Benjamin Button. A personagem remete ao estereótipo da mãe preta, altruísta, solidária, incansável trabalhadora, também presente na história afro-americana. Henson, que antes de formar em artes cênicas estudava engenharia elétrica, fez suas primeiras aparições como cantora. O espaço como atriz foi consolidado depois ter conquistado em 2005 o prêmio de melhor atriz coadjuvante, concedido pela "Black Movies Awards"³ por sua atuação no filme "Hustle and Flow",⁴ e, em 2006, o prêmio de melhor atriz oferecido pela "Black Entertainment Television"⁵ pela atuação no mesmo filme.

Queenie faz par com Tizzy, que é interpretado por Mahershala Ali, cuja carreira nos EUA tem mais força no teatro. Entre os atores negros, Ali talvez seja o rosto mais popular no Brasil por ter participado de séries norte-americanas populares entre nós nos canais fechados de TV, como "Crossing Jordan", "CSI – Crime Scene Investigation" e "The 4400". O casal interpretado por Henson e Ali representa a família negra e sua continuidade, importante perceber que na relação entre o casal negro não há o desejo de embranquecer e o risco de extermínio tão presentes nas histórias em que há personagens negros do início do século XX.

Aos meus olhos, Brad Pitt e Cate Blanchett, embora mais famosos, tornaram-se coadjuvantes da narrativa que foi adaptada e dirigida por David Fincher para o cinema a partir do conto de Francis Scott Fitzgerald, que integra o livro "Tales of Jazz Age"⁶ publicado em 1920. Vale a pena também comparar filme e conto⁷. No filme, o protagonista Benjamin Button afirma várias vezes que sua mãe é a negra

Queenie, personagem criado para adaptação. No texto original, Benjamin Button é criado pelo pai Roger, que chega a desejar que o filho fosse negro,⁸ ao invés de velho, para espantar a vergonha e a possibilidade de consangüinidade ao se imaginar transitando pela cidade com um recém-nascido que aparentava 70 anos.

Tenho de confessar que, ao longo de aproximadamente duas horas, a companhia, o filme e a pipoca me fizeram esquecer o Carnaval 2009. Confesso também que o filme me trouxe esperança. Assim como pude analisar e ampliar as poucas linhas informativas que tive acesso sobre "O Curioso Caso de Benjamin Button" aqui no Irohìn, podemos também analisar e ampliar para melhor o carnaval do Curuzu, da Liberdade e talvez de toda a cidade de Salvador numa perspectiva que favoreça a comunidade negra.

**Professora, mestra em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA) e integrante da equipe do Irohìn. klaudiasantos8@yahoo.com.br*

¹ "Pegada Africana" é um espetáculo de música e dança que excursiona pelo mundo contando a história da África do Sul (www.africafootprint.com). "África Vibrante" é uma companhia de música e dança sul-africana que também excursiona pelo mundo mostrando a cultura popular do país.

² Universidade sediada em Pretória (África do Sul) em 1994, marca da primeira fase de redemocratização do país.

³ Academia Negra de Filmes.

⁴ O filme foi lançado no Brasil sob o título "O Ritmo de Um Sonho".

⁵ Canal de TV a cabo para afro-americanos.

⁶ "Contos da Era do Jazz".

⁷ Para ler o conto na íntegra acesse http://manybooks.net/titles/fitzgeraldfother08benjamin_button.html#, a partir desse link também é possível fazer o download do texto.

⁸ "As pessoas poderiam parar de falar com ele, e o que ele iria dizer? Ele teria que apresentar esse, esse septuagenário: "Este é meu filho nascido hoje pela manhã". Então aquele velho homem poderia se enroscar no seu cobertor e eles poderiam caminhar lentamente, passar por lojas movimentadas, e pelo mercado de escravos – por um momento sombrio o Sr. Button desejou apaixonadamente que seu filho fosse negro – passariam em frente às casas luxuosas do bairro residencial, passariam pelo asilo..." (Tradução de um trecho do fim da página 4).



Histórias da imprensa negra a lembrar em 2009

José Correia Leite foi um grande jornalista, mas não tem sido suficientemente lembrado por sua importância como estudioso da história da imprensa negra

Lunde Braghini*

Há 20 anos, no dia 27 de fevereiro de 1989, morria José Correia Leite. Grande jornalista, formado exclusivamente nas lides da imprensa negra, Correia Leite foi ativista e destacado pensador da questão racial, de que dá prova o livro *... E disse o velho militante José Correia Leite* (1993), organizado por Cuti. Seu nome merece ser muito lembrado em 2009, ano também do bicentenário do nascimento de Paula Brito, e – devemos lembrar – do primeiro lustro (como eram antigamente chamados os períodos de cinco anos) da segunda fase deste *Irohìn*, cuja publicação foi retomada, no formato atual, em 2004.

Com frequência citado como “descobridor” de Machado de Assis, jovem de quinze anos que empregou, Paula Brito foi o tipógrafo negro impressor de *O filho do pescador* (1843), de autoria do escritor negro Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, uma obra apontada por Domício Proença Filho como “primeiro romance brasileiro”. Dez anos antes, de sua oficina tipográfica saía *O Homem de Cor* (1833), órgão da imprensa negra cujo pioneirismo tem sido paulatinamente destacado, desde a abordagem indicativa de Hélio Vianna (1945) à análise recente de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), passando pela primeira leitura mais detida, por Jeanne Berrance de Castro, na década de 1960.

O trabalho de Ana Flávia – *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)* – é uma das 64 “entradas” para a combinação das palavras-chave “imprensa” e “negra”, no Banco Digital de Teses e Dissertações da Capes, que reúne teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas entre 1987 e 2007. A expressão

“imprensa negra” ainda não é uma palavra-chave. Lembro-me da emoção de Ana Flávia, ao comunicar a descoberta, em páginas do jornal negro *O Progresso*, de 1899, de um artigo de Bernardino Ferraz, no qual as políticas de imigração do governo brasileiro são desveladas como políticas de branqueamento, argumento que só despontaria nas ciências sociais brasileiras 70 ou 80 anos depois.

No banco da Capes, é possível identificar pelo menos onze trabalhos diretamente baseados no estudo de veículos da imprensa negra atuantes em meados do século XX. Assinados por Marinalda Garcia (1997), Maria Angélica Motta Maués (1997), Liane Susan Müller (1999), Maria Pereira de Almeida Mello (1999), José Antônio dos Santos (2001), Maria Aparecida Oliveira Lopes (2002), Maria Aparecida Pinto Silva (2003), Fábria Barbosa Ribeiro (2003), Maria Cláudia Cardoso Ferreira (2005), Rodrigo Miranda (2005) e Lívia Maria Tiéde (2006), concentram-se em veículos da imprensa negra de São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Pelotas e Rio. Maria Cláudia C. Ferreira estudou especificamente as trajetórias de José Correia Leite e de Arlindo Veiga dos Santos, entre 1928 e 1937.

Contribuição – Até há pouco tempo, a omissão do nome de José Correia Leite era constante na hora de se mencionar estudiosos da história da imprensa negra. Vale observar isso não só porque os trabalhos mais citados sobre a imprensa negra paulistana – de Roger Bastide (1951), Clóvis Moura (1984) e Miriam Nicolau Ferrara (1986) – são muito devedores do acervo que Correia Leite colecionou e compartilhou. Mas, sobretudo, pelo valor diferen-

ciado da reflexão que faz, iniciada em *Um capítulo de nossas lutas sociais: história de nossos periódicos (de 1916 a 1926)* e prolongada no longo depoimento de *... E disse o velho militante*. Cuti fez reproduzir no livro, entre outros textos do jornalista e ativista, o referido estudo histórico, publicado pioneira e originalmente no jornal *Alvorada*, em maio de 1947.

Perfis aí traçados, como o de Vicente Ferreira, ou o de Alberto Orlando – que “explodia a sua tormenta com toda a eloquência de um ser emparedado. Nacionalista extremado, sentia a amargura de um proscrito em sua própria terra. E gritava contra as minorias estrangeiras mescladas e que se radicavam em nosso meio” –, autor de jornal de número único, fazem pensar na radicalidade das experiências da diáspora negra, e explicam um bocado da ressonância e da paixão despertada pelas idéias de Marcus Garvey no Brasil.

O retorno à África, preconizado pelo movimento garveyista, talvez só possa ser entendido mesmo do ponto de vista dos integrantes de povos que experimentaram diásporas e cuja consciência é catapultada a pensar que “esta terra não é minha terra” ou que “esta terra também é minha terra”, nenhuma dessas formas de reflexão sobre “despertecimentos” sendo amena. E mesmo num movimento como o patronovismo negro, dito fascista e nacionalista, há também algo de Garvey, pois se reconhece que “esta terra ainda não é minha terra” e é necessário construir uma “Pátria Nova”.

Mais de uma geração de estudantes universitários foi “socializada”, desde os anos 1960, num en-

tendimento da “questão racial” radicado na oposição entre os defensores da existência de uma mítica democracia racial, como seria Gilberto Freyre, e os questionadores do mito, representados pela figura de Florestan Fernandes. Creio que tanto um ponto de vista quanto outro podem ser apresentados como reações da consciência racial branca a manifestações de autonomia emanadas, em diferentes momentos, na imprensa negra.

Correia Leite tende a ser crescentemente reconhecido como autor-referência de uma “outra” linha de pensamento. Sua obra e trajetória revelam não só as marcas de uma contestação como uma linha de resistência aos padrões de realização da hegemonia política branca: “Eu, como negro, nunca misturei minhas idéias com política partidária, isso porque sempre achei que o negro isoladamente não tinha condições de fazer política, uma vez que no Brasil política é sinônimo de favor. O negro só pode e deve fazer política bem organizado”.

Nascido no mesmo ano que Freyre (1900) e referido sempre com muita deferência por Florestan – que o saúda como grande colaborador – Correia Leite mal teve acesso à escola formal. Não deixa de ser significativo, ao arrolar-lhes os nomes numa mesma frase, pensar na sorte educacional diferente reservada para o filho da elite tradicional, que cedo já estudava no exterior; para o filho de imigrante, que faria supletivo e estudaria na USP à noite; e para o negro, que, na “timidez de sujeito semi-analfabeto”, dominaria as letras na lida da imprensa negra.

***Mestre em Comunicação e jornalista (DF)**



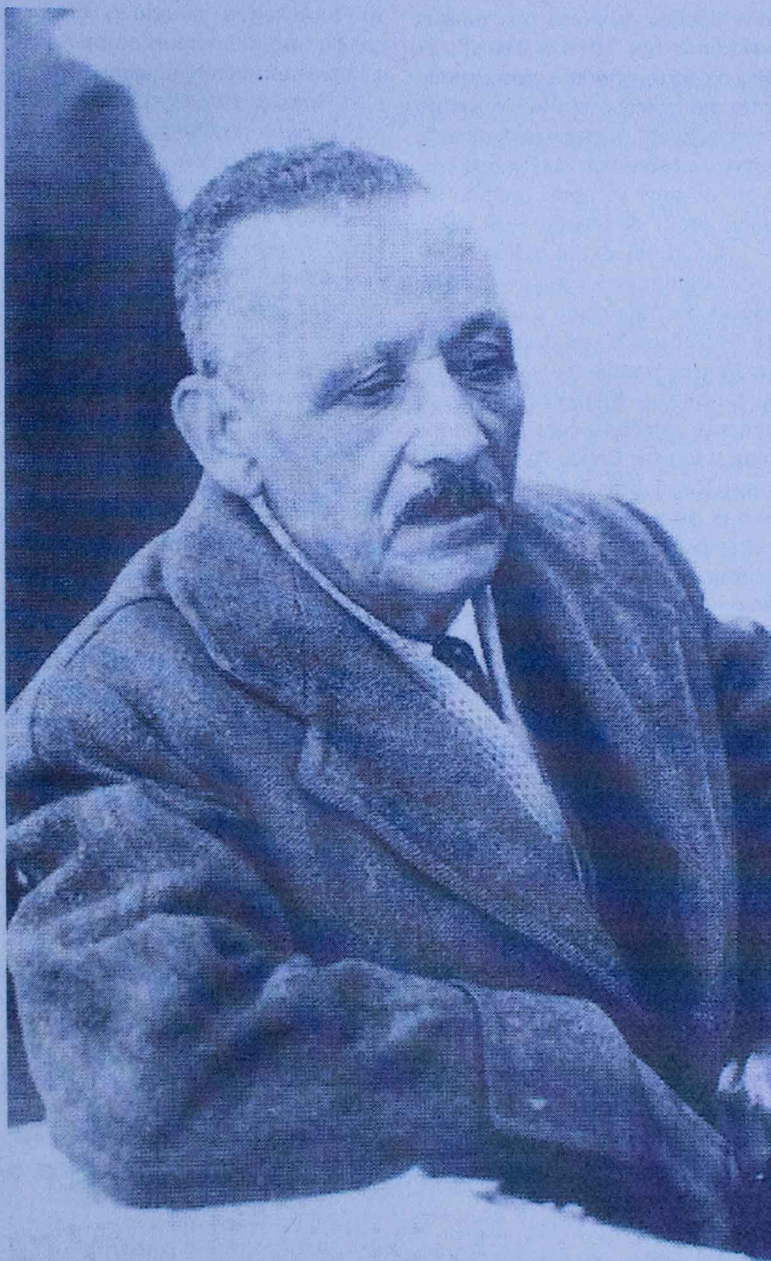
O velho **militante**

José Correia Leite, falecido há 20 anos, deixou uma história de paixão pela militância no movimento negro, inspirando as novas gerações que combatem pela “elevação da raça”, como se dizia em seu tempo.

Cuti*

Houve um tempo em que a militância não contava com apoio de ninguém, sequer do Estado, pois nele estavam incrustados homens da mais fiel convicção acerca da superioridade inata do branco, tanto pela proximidade da escravidão quanto pela perspectiva dominante de que o negro desapareceria do cenário nacional em um futuro muito breve pelo processo de miscigenação, garantindo assim um futuro Brasil completamente branco. Além dessa maior resistência intolerante, a desorganização da população recém-saída do eito refletia, de forma cruel, a continuação do poder da casa-grande sobre a senzala.

No começo do século XX, quando surgiam os primeiros ferros para alisamento de cabelo, uma época em que o voto era de cabresto, as possibilidades de educação reduzidas às primeiras letras e, ainda assim, disponíveis para uma minoria da população, assumir-se negro era uma aventura que exigia sacrifício e muita perseverança, pois o militante, além de contar com o reduzido índice de possibilidades em sua vida pessoal, estava diante de uma população altamente alienada em relação à sua identidade. Os egressos da escravização queriam esquecê-la para sempre. Havia ainda, na pele e nas mentes, muitas marcas da violência sofrida. Além do mais, as dificuldades de sobrevivência exigiam um comportamento que não permitisse sobressair um laivo de revolta, o que comprometeria, certamente, a conquista ou não de um emprego, mesmo com o salário definido única e exclusivamente pelo patrão, sem qualquer



José Correia Leite

legislação trabalhista que mediasse. A postura subserviente era exigida como um cartão de boas maneiras. Ainda é, mas nem tanto. Prorrogando a postura estereotipada do período escravista, a subserviência, nas primeiras décadas que se seguiram ao ano de 1888, significava a aceitação passiva da situação social a que estava submetida a descendência dos escravizados. O grupo dos que desafiavam o silêncio imposto era bem mais reduzido que o de hoje. Concentravam-se aí, além de pessoas oportunistas, também aqueles que, por idealismo quase romântico, acreditavam na ação coletiva para resolver problemas sociais resultantes do racismo. Neste último grupo estava uma figura ímpar da militância paulistana: José Correia Leite, nascido exatamente no ano de 1900, no dia 23 de agosto. Este homem, falecido há 20 anos, com toda a sua humildade deixou uma história de paixão pela militância no Movimento Negro, cujas conseqüências na sua vida pessoal foram muitas vezes amargas. Contudo, ele se tornou um exemplo inspirador para as novas gerações que combatem pela “elevação da raça negra”, como se dizia em seu tempo.

A palavra “militância” (ou militância) provém de “militar”, o que implica disciplina e organização para o combate, além de persistência para vencer o inimigo. No campo das lutas sociais, pouca gente se dá conta disso. Correia Leite desenvolveu ao longo da sua vida aquelas qualidades, desde quando, aos 23 anos de idade, fundou com Jayme de Aguiar o periódico *O Cla-*

33

MEMÓRIA

rim, que logo receberia o nome de *O Clarim d'Alvorada*, com nova linha editorial participativa.

Já naquela época, depois de sobreviver no meio dos italianos, no bairro do Bixiga, em São Paulo, como agregado – uma vez que sua mãe fora vítima de doença psiquiátrica –, Correia Leite freqüentava as associações negras promotoras da dança como entretenimento. É pelo ambiente dos salões de baile que começa a desenvolver a sua identidade racial. O poder cultural de aglutinação da matriz africana levaria o jovem de volta à sua origem materna, pois, quanto ao pai sempre se negou a pronunciar-lhe o nome, repetindo conscientemente o comportamento de Luiz Gama, um dos vultos históricos que mais apreciava.

A megalópole de hoje, nos anos 20 do século passado, era bastante concentrada em torno de seu marco zero, a Praça da Sé. Os descendentes de escravizados que chegavam à cidade buscavam auxílio nos seus patrícios e, assim, acabam se concentrando nas áreas próximas ao centro, onde podiam buscar os escassos meios de sobrevivência. Assim como as populações de imigrantes fechavam-se no cultivo de suas tradições, por sua vez, a população negra ia reelaborando a herança cultural, que fora possível preservar no longo e violento período escravista, e criando a solidariedade necessária em face do ambiente urbano, também hostil.

José Correia Leite, conhecedor da cidade, tendo em vista as atividades que exerceu enquanto menino e jovem – portador de recado,

jornaleiro, carroceiro etc – pode também percorrer os espaços daquela reelaboração coletiva e dele participar, com a experiência de ter vivido com italianos, dos quais conheceu a discriminação racial anti-negra, o que foi determinante para o seu processo de consciência.

No ano em que inicia sua atividade na Imprensa Negra paulistana (1924), desta havia quatro periódicos na cidade: “O Kosmos”, “A Princesa do Norte”, “O Clarim da Alvorada” e “O Elite”, o que foi inventariado pelo próprio Correia Leite, mais tarde (1947), em seu artigo “Um capítulo de nossas lutas sociais: história dos nossos periódicos (de 1916 a 1926)”. A idéia de pertencimento, que se pode notar no próprio título do artigo (“nossas lutas”, “nossos periódicos”), norteou a existência de Correia Leite até os seus 88 anos, quando faleceu, em 27 de fevereiro de 1989.

Sua atividade de militante incluiu a imprensa e a participação de associações tais como o Clube Negro de Cultura Social, a Associação dos Negros Brasileiros e a Associação Cultural do Negro. Desenvolveu diversas relações com entidades como o Centro Cívico Palmares e a Frente Negra Brasileira, para a qual teve o nome consignado para o “conselho soberano”, participando de inúmeras iniciativas como a edição da *Revista Niger*. Foi um crítico não apenas do racismo branco, mas dos equívocos ideológicos das próprias entidades negras de seu tempo. Vivenciou uma época em que o entretenimento (música, dança, carnaval, festas etc) dissolvia de forma

arrasadora qualquer iniciativa de organização com objetivos de ascensão social da população negra. Simpatizante do comunismo, a este não deixava de apontar as limitações quanto ao entendimento da questão racial brasileira. Em seu livro-depoimento ... *E disse o velho militante José Correia Leite*, reeditado em 2007 pela Editora Novha América, ele é enfático: “O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso.” (p.55). E segue, citando as diferenças de tratamento pelo empregador e outras formas de racismo.

Suas dissidências levaram-no a suspender a publicação de *O Clarim d'Alvorada*, para publicar o jornal de crítica direta, intitulado *A Chibata*, em 1932. Intelectuais como Tristão de Athaide, por suas manifestações na imprensa, receberam de Correia Leite, reações como esta: “... branco faz tanto ridículo e ninguém se mete, por que esse senhor vem se meter com coisas de preto? O Sr. Austregéliso se não é mulato está com mulatismo, e seguramente é negróide.” Assim outros figurões da época e mesmo dirigentes de entidades negras, como Arlindo Veiga dos Santos, secretário geral da Frente Negra Brasileira, foram criticados.

Com sua postura independente e vigilante, Correia Leite acabou por arranjar vários inimigos, mas também muitos amigos que admiravam a coragem, a irreverência, a

proatividade e o seu idealismo.

Depois de muito realizar, tornou-se uma biblioteca viva das experiências passadas no contexto da militância em São Paulo, disposto a relatar e a discutir o sentido da luta social do negro no Brasil, dando sua colaboração a teses, estudos e pesquisas diversas. Suas palavras, nem sempre agradáveis, tinham um objetivo: gerar reflexão, para além dos fatos vividos. Sabia que conscientizar exigia certo impacto, tráfegar pela zona do desconforto interior. Suas firmes convicções eram resultado de seu caráter inabalável quanto à necessidade de ações coletivas para demover o racismo. Escreveu, em seu ensaio *O Alvorecer de uma Ideologia*: “Em várias gerações o negro sofre as consequências dos erros seculares do passado. É inconcebível, portanto, olvidar prejuízos que retardam a vida.” (p.279).

Muitos de seus contemporâneos e companheiros de luta, bem como militantes que deram o grande impulso da década de 70 para o Movimento Negro tiveram no “Seu Leite”, como ele era chamado, um arrimo de história vivida, reflexão e receptividade.

** Cuti (Luiz Silva) é escritor, um dos fundadores da série Cadernos Negros, do Quilombhoje Literatura e do Quilomboletras - Clube Negro de Leitores. Autor, dentre outros, de Dois Nós na Noite e outras Peças de Teatro Negro-Brasileiro (1991), Negroesia (poemas, 2007) e Contos Crespos (2008). Organizador do citado livro de Correia Leite.*



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura, ainda gratuita.

Fortaleça a divulgação da imprensa negra.

Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou peça pela internet no www.irohin.org.br

Não chorem por Oliveira Silveira

Jônatas Conceição*



Oliveira Silveira, liderando o Grupo Palmares de Porto Alegre, remexeu com o Brasil mais do que profundo: nada de passividade, nada de paz e harmonia. Ou me dá o que é meu – a liberdade – ou lutaremos pelo poder até o fim. *Para Palmares veio negro / que não gemia nos açóites. / E pelo mato escuro veio negro / que se escondeu na própria noite. / Pela selva fechada veio negro / para quem o Palmar foi clareira. / no rastro uns dos outros vieram negros, / cães acuados fare-*

Não fiz roteiro para escrever este texto. Começo afirmando que Oliveira Silveira é o maior escritor-ativista da minha geração – a Geração de 1970. Nós revolucionamos – no melhor sentido que esta palavra pode ter – a mentalidade brasileira sobre a violência racial. E fizemos isso quando cegos por conveniência, como Pierre Verger, fotografavam/afirmavam/descreviam a harmoniosa sociedade baiana e brasileira onde nós, negros/as, apenas aparecíamos em situações de subalternidade. Exceto, é óbvio, em alguns momentos de celebrações culturais/ritualísticas. Este passado está morto!

jando o cheiro. / E negro roubado a esmo / do cativo para a liberdade, / do senhor para si mesmo. Recuperar, resgatar, popularizar a luta palmarina, nos anos 70, foi o fato político mais importante da história contemporânea do Brasil. Batam no peito mais forte e digam: este fato foi construído por nós, negros!

A revolução se dava a todo dia. O Dia Nacional da Consciência Negra, o 20 de Novembro, proposto pelo Grupo Palmares, obrigou não apenas a militantes, mas até a Academia, conhecer, esta sim, a história do Brasil. Foi um aprendizado vitorioso? Não temos nenhuma dúvida. Pessoalmente, Zumbi e seus

guerreiros e guerreiras ocuparam todos os meus caminhos. E retomamos Palmares também fisicamente: eu vi e fotografei uma mistura de alegria, sede de saber, orgulho de pertencimento ao território, vontade de continuar a luta nos olhos de Lélia, Beatriz, Luíza, Abdias, Ana Célia, Hamilton, Tosta Passarinho e muitos militantes do Brasil naquela primeira peregrinação dos movimentos negros ao Quilombo de Palmares, no começo dos anos 80. *quilombo em toda parte, / de norte a (Rio Grande) sul, / em toda parte renascendo, / a semente do brio, / em campos e cidades, / em Luís Gama, Rebouças, Patrocínio, / Cruz e Souza emparedado, / Frente Negra, imprensa negra, / João Cândido, Solano e Abdias, / quilombo em muito nome, / quilombo em muito anônimo, / quilombo vivo em pleno centenário / da natimorta abolição, / quilombo em toda a parte, (...).*

Oliveira Silveira, dos nossos, foi o que começou a publicar livros mais cedo. É de 1962, *Germinou*. Depois vieram outros, a exemplo de: *Poemas Regionais, Banzo Saudade Negra, Décima do Negro Peão, Praça de Palavra, Pelo Escuro, Roteiro dos Tantãs, Anotações à Margem, Orixás*, em parceria com o artista plástico Pedro Romero. Em 1987, lança o seu mais importante depoimento literário sobre a história brasileira: *Poema Sobre Palmares*, que reproduzo fragmentos neste texto. O poema foi escrito de 1972 a 1987. Na edição de 1987, ele agradece ao escritor Cuti

pela análise do texto e sugestões. O texto poético mais recente de Oliveira chama-se *Bandone do Caverá* (1986-2008). Ele nos diz: “é uma edição ou pré-edição semi-artesanal, reservada, familiar, fora do comércio. Edição emergencial também: algumas pessoas da família (...) estão ficando muito idosas. O próprio autor já anda meio alquebrado – mas não tá morto quem peleia”. Outros textos de Oliveira Silveira surgirão e serão publicados, assim como a sua obra completa. Gostaria de olhar agora para Brasília, pensando nessas publicações. Preciso ser otimista com tanta ignorância, por conveniência, oficial.

Não chorem por Oliveira. Os escritores não morrem. Os poetas são para serem lidos, relidos e divulgados à *mão cheia*. Principalmente um escritor que nos deu Palmares de volta. É recomendação: leiam os seus textos em salas de aulas, os reproduzam para a garatada, de todas as matizes étnicas. A memória literária/histórica, assim, sempre estará sendo alimentada. É isso que ele quis, fez e batalhou até os últimos instantes. *A luta continua e é por isso / que esse poema é um quilombo. / É por isso irmão guerreiro / do Palmar, / anônimo ou de nome luzidio, / que este poema é para ti, / este poema juntando raiz.*

* Jônatas Conceição é professor, escritor e diretor do Bloco afro Ilê Aiyê. Publicou em 2006 *Vozes Quilombolas – uma poética brasileira* (EDUFBA/Ilê Aiyê).



POESIA & MULHER

FÊMEA-FÊNIX

Para Léa Garcia

Navego-me eu-mulher e não temo,
sei da falsa maciez das águas
e quando o receio
me busca, não temo o medo,
sei que posso me deslizar
nas pedras e me sair ilesa,
com o corpo marcado pelo olor
da lama.

Abraso-me eu-mulher e não temo,
sei do inebriante calor da queima
e quando o temor
me visita, não temo o receio,
sei que posso me lançar ao fogo
e da fogueira me sair inunda,
com o corpo ameigado pelo odor
da chama.

Deserto-me eu-mulher e não temo,
sei do cativante vazio da miragem,
e quando o pavor
em mim aloja, não temo o medo,
sei que posso me fundir ao só,
e em solo ressurgir inteira
com o corpo banhado pelo suor
da faina.

Vivifico-me eu-mulher e teimo,
na vital carícia de meu cio,
na cálida coragem de meu corpo,
no infundo laço da vida,
que jaz em mim
e renasce flor fecunda.
Vivifico-me eu-mulher.
Fêmea. Fênix. Eu fecundo.

Poema de Conceição Evaristo
extraído de "Poemas da recordação e outros movimentos",
Belo Horizonte, Nandyala, 2008, p.30



Foto: Folha Imagem



ISSN 18085369



9771808536008